

Acção Socialista



N.º 1314 29 Outubro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

A FORÇA DO PS



No passado fim-de-semana ocorreram as eleições para as lideranças das federações do PS e para os delegados aos respectivos congressos. Em simultâneo, tiveram também lugar as eleições para os departamentos federativos das Mulheres Socialistas.

19

Grandes linhas do Orçamento de Estado

Ajudar a economia, as empresas e as famílias a fazer face à grave crise internacional, sem abandonar o caminho do rigor financeiro e da disciplina orçamental, é o objectivo central do Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano.

3 a 8

Entrevista a Renato Sampaio "PSD sempre esteve contra o projecto do metro do Porto"

Estivesse a direita no poder e Manuela Ferreira Leite fosse primeira-ministra, certamente que as críticas que o PSD faz hoje ao desenvolvimento da rede do metropolitano do Porto não existiriam. Esta a convicção do líder do PS/Porto, Renato Sampaio.

10

Entrevista a Miguel Coelho "Queremos que o papel dos autarcas do PS seja cada vez mais coeso"



11

Entrevista a Jorge Almeida "Estado deve regular de forma muito firme para promover a alimentação saudável"



17



OPINIÃO



MARIA MANUELA
AUGUSTO
Presidente do Departamento
Nacional das Mulheres
Socialistas

A força e a vontade das mulheres socialistas têm sido e continuarão a ser determinantes e cruciais em todos os momentos

ESTÃO ELEITOS OS 19 DEPARTAMENTOS FEDERATIVOS DAS MULHERES SOCIALISTAS

O PARTIDO Socialista acaba de realizar eleições em todas as suas Federações.

No mesmo dia e à mesma hora, foram eleitos os presidentes das federações e os delegados e delegadas aos próximos Congressos Federativos, mas também as presidentes e os respectivos Conselhos Políticos dos Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas.

Nos novos Regulamentos Geral e Eleitoral dos Departamentos Nacional e Federativos das Mulheres Socialistas, aprovados pelo Conselho Político Nacional e ratificados na Comissão Nacional, e uma vez ponderados todos os benefícios que daí adviriam, estabeleceu-se que estas eleições devem ser coincidentes. Desde logo, pela economia de meios logísticos e financeiros, podendo concertar-se o envio da correspondência relacionada com os diferentes actos eleitorais, não havendo necessidade de mobilizar duas vezes consecutivas as assembleias de voto nas 19 federações, nas mais de setecentas secções de voto do nosso partido.

Tendo em conta estes pressupostos, o mesmo Conselho Político deliberou, por unanimidade, que as eleições para o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas se deverão realizar em simultâneo com os actos eleitorais que serão convocados a nível nacional, para eleger o secretário-geral do Partido Socialista e os delegados ao Congresso Nacional.

Assim, muito embora se reconheça a necessidade de agilizar alguns procedimentos para que todos estes processos eleitorais se tornem mais fáceis e céleres, a verdade é que a uniformização dos calendários eleitorais vai permitir que todas e todos os militantes possam saber, se falharem outros canais de divulgação, que estas eleições e as respectivas candidaturas se realizarão ao mesmo tempo.

Por agora, apurados os resultados destas eleições, estão de parabéns todas as eleitas, todos os eleitos.

Mas, como compreenderão, este é um momento de particular regozijo para as mulheres socialistas, uma vez que em todas as 19 federações do nosso partido se mantém a rede de mulheres eleitas para os departamentos federativos.

Quinze das anteriores presidentes federativas quiseram recandidatar-se e foram reeleitas, havendo quatro novas presidentes nas Federações de Braga, Coimbra, Castelo Branco e Viana do Castelo.

Foram também eleitos os dezanove conselhos políticos dos departamentos federativos, envolvendo neste processo muitas mais mulheres, pela possibilidade de alargamento prevista nos regulamentos já citados. A todas elas, às que agora cessam funções, mas que continuam a sua activa militância política, e àquelas que em breve tomarão posse nos respectivos departamentos federativos, ficam os votos dos maiores sucessos no cumprimento dos projectos em que acreditam, os quais defendem com garra e muita determinação.

O seu sucesso será o de todas e de todos nós, perante tantos e tão grandes desafios que se nos colocam hoje e permanentemente.

Porque o trabalho, a força e a vontade das mulheres socialistas têm sido e continuarão a ser determinantes e cruciais em todos os momentos, em todas e quaisquer situações que requeiram uma militância coesa, eficaz e motivadora para a prossecução do programa e das causas que nos enchem de orgulho e nos fazem acreditar no Partido Socialista que um dia quisemos livremente integrar.

Mais apoio às famílias Fundos de Investimento Imobiliário para o Arrendamento Habitacional

I. Finalidades do regime

- Permitir às famílias oneradas com as prestações dos empréstimos à habitação, alienar o respectivo imóvel ao fundo, com redução dos respectivos encargos, substituindo-os por uma renda de valor inferior àquela prestação e mantendo uma opção de compra sobre o imóvel que arrendem ao fundo.

Criar para estas famílias uma alternativa para fazer face a situações transitórias de dificuldades, em consequência nomeadamente da subida das taxas de juro, com garantia de todos os seus direitos adquiridos.

- Criar um estímulo adicional ao mercado do arrendamento urbano em Portugal através da definição de um regime tributário mais favorável aplicável até 31 de Dezembro de 2020;

II. Características específicas do regime

- Regime aplicável a fundos e sociedades de investimento imobiliário para o arrendamento habitacional constituídas nos cinco anos subsequentes à entrada em vigor da Lei e aos imóveis por aqueles adquiridos nesse período;
- Pelo menos 75% do activo total dos FIIAH tem que ser constituído por imóveis situados em Portugal destinados ao arrendamento para habitação permanente;
- Os mutuários de contratos de crédito à habitação que procedam à alienação do seu imóvel a um FIIAH podem arrendar um imóvel ao fundo, sobre o qual ficam com uma opção de compra, susceptível de ser exercida até 31 de Dezembro de 2020; O direito de opção cessa se o arrendatário incumprir a obrigação de pagamento da renda ao Fundo por um período superior a 3 meses; Os termos e as condições de exercício da opção serão regulamentados por Portaria;
- Os FIIAH são destinados à subscrição pública e distribuem dividendos com uma periodicidade mínima anual em montante não inferior a 85% dos resultados líquidos do fundo.

III. Modelo financeiro

- O valor da venda dos imóveis ao Fundo será acordado entre o Fundo e o proprietário, não podendo em nenhum caso ser superior ao valor de mercado (para protecção dos interesses dos investidores) conforme resulta da lei geral;
- Qualquer que venha a ser esse valor, será sempre garantido que o valor da venda será o valor pelo qual o imóvel poderá ser recomprado pelo arrendatário (actualizado)
- Admitimos que algumas famílias possam optar pela solução de venda do imóvel ao Fundo pelo montante ainda em dívida ao banco;
- Durante a relação de arrendamento, a família passa a pagar uma renda ao Fundo, que será o rendimento dos investidores no Fundo;
- No final do contrato de arrendamento, o arrendatário opta:
 - a) Por exercer a opção de compra pelo mesmo valor que vendeu o imóvel ao Fundo (actualizado)
 - b) Por não exercer a opção – neste caso, quando o Fundo vender em mercado o imóvel em questão, a pessoa recebe a diferença entre esse valor da venda

e o montante que já recebeu quando ela própria vendeu o mesmo imóvel ao Fundo (actualizado)

Assim,

Valor do imóvel na data da venda ao fundo – 100
Valor pelo qual foi comprado pelo fundo (recebido pelo arrendatário) – 60

Momento da cessação do contrato de arrendamento:

- Exerce a opção – arrendatário paga 60 (actualizados) ao Fundo;
- Não exerce a opção –
Valor da venda do imóvel pelo Fundo (110) > valor da compra pelo Fundo (60) = ex-arrendatário recebe 50

IV. Regime tributário

- Isenção de IRC sobre os rendimentos de qualquer natureza obtidos pelos FIIAH;
- Isenção de IRS e de IRC sobre os rendimentos respeitantes a unidades de participação nos FIIAH, pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, quer seja por distribuição ou reembolso, excluindo o saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação das unidades de participação;
- Isenção de IRS sobre as mais-valias resultantes da transmissão de imóveis destinados à habitação própria a favor dos FIIAH, que ocorra por força da conversão do direito de propriedade desses imóveis num direito de arrendamento, desde que se mantenha a relação de arrendamento e venha a ser exercida a opção de compra no final;
- Dedução à colecta das importâncias suportadas pelos arrendatários dos imóveis dos FIIAH em resultado da conversão de um direito de propriedade de um imóvel num direito de arrendamento;
- Isenção de IMI, enquanto se mantiverem na carteira do FIIAH os prédios urbanos destinados ao arrendamento para habitação permanente;
- Isenção de IMT nas aquisições de prédios urbanos ou de fracções autónomas de prédios urbanos destinados exclusivamente a arrendamento para habitação permanente e nas aquisições de prédios urbanos ou de fracções autónomas de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, em resultado do exercício da opção de compra pelos arrendatários dos imóveis que integram o património dos FIIAH;
- Isenção de Imposto do Selo todos os actos praticados, desde que conexos com a transmissão dos prédios urbanos destinados a habitação permanente que ocorra por força da conversão do direito de propriedade desses imóveis num direito de arrendamento sobre os mesmos, bem como com o exercício da opção de compra;
- Isenção de taxas de supervisão sobre as entidades gestoras de FIIAH no que respeita exclusivamente à gestão de fundos desta natureza;
- Ficam excluídas das isenções constantes do presente artigo as entidades que sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.



Opções políticas do Orçamento

Ajudar a combater os efeitos da crise internacional e a sua repercussão em Portugal

Ajudar as EMPRESAS

- ✓ Descida do IRC
- ✓ Descida dos Pagamentos por Conta
- ✓ Concessão de uma garantia do Estado até 20 mil milhões de euros
- ✓ Aposta na Educação, Ciência e Tecnologia
- ✓ Simplificação e desburocratização administrativa
- ✓ Criação de uma nova linha de crédito para as PME no valor de 1.000 milhões de euros
- ✓ Iniciativa com relevância no sector da habitação

Ajudar as FAMÍLIAS

Reforço de medidas já existentes

- ✓ Rendimento Social de inserção
- ✓ Complemento solidário para Idosos
- ✓ Retribuição Mínima Mensal Garantida
- ✓ Acção Social Escolar

Introdução de novas medidas

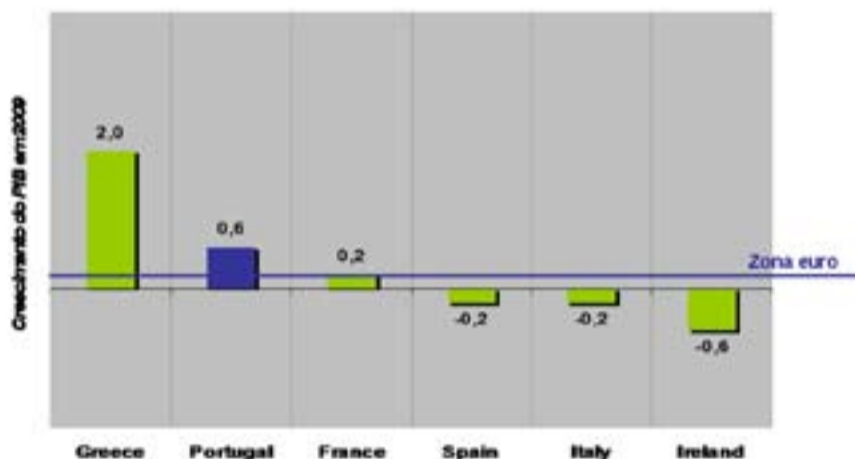
- ✓ Apoiar as despesas escolares das famílias com a 13ª prestação do abono de família que passará a abranger todas as famílias
- ✓ Proteger o património imobiliário das famílias, instituindo a possibilidade das famílias endividadas alienarem o imóvel a um fundo ou sociedade, substituindo os encargos com a prestação bancária por uma renda de valor inferior, mantendo uma opção de compra sobre o imóvel que arrendem
- ✓ Proteger contra a precariedade no emprego pela criação de uma nova contra-ordenação muito grave para a dissimulação de contrato de trabalho ("falsos recibos verdes")
- ✓ Poupança Fiscal das famílias na venda de habitação própria e

permanente alargando as condições de exclusão de tributação em IRS nos casos de reinvestimento numa nova habitação

- ✓ Aumentar a protecção na doença a todos os trabalhadores que exercem funções públicas
- ✓ Reduzir o esforço contributivo das famílias pela redução do IVA para 5% nos assentos próprios para o transporte de crianças em veículos automóveis e nas prestações de serviços de manutenção ou reparação de próteses, equipamentos, aparelhos e artefactos para pessoas com deficiência
- ✓ Reforçar a protecção a pessoas com deficiência, pela majoração em 14% da actual dedução à colecta por cada sujeito passivo ou dependente com deficiência
- ✓ Aumentar a equidade fiscal, pela introdução de novos mecanismos de combate à fraude e evasão fiscais com o agravamento do regime fiscal dos sinais exteriores de riqueza
- ✓ Aumentar o salário dos funcionários da Administração Pública, que permitirá um ganho real de poder de compra

Portugal cresce três vezes mais que a zona euro

Espanha, Itália e Irlanda estarão em recessão



Fonte: PIB e OE 2009
Dados não disponíveis para a Alemanha

Reforço das Funções Sociais

As despesas com as funções sociais representam 60% do total e 16,8% do PIB

Crescem 4% em relação à estimativa de 2008

Crescem 8% em relação à execução de 2007



O investimento cresce 12,3%

Representa 2,34% do PIB (2,15% em 2008)

A taxa de crescimento média do investimento, entre 2006 a 2009, é de 9,3%



o valor da contribuição de serviço rodoviário afecto à Estradas de Portugal, EP
A partir de 2008 inclui as transferências para a Estradas de Portugal, EP.
Para permitir a comparabilidade com os anos anteriores inclui em 2009 o valor de 525,8 milhões de euros e em 2008 de 525,1 milhões relativos à previsão de cobrança da Contribuição de Serviço Rodoviário afecto à Estradas de Portugal, EP.

O Investimento público continua a privilegiar as áreas do conhecimento e da qualificação dos recursos humanos

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior recebe o maior valor de investimentos pesando quase 1/4 do total

Crescem 7% em relação ao OE 2008

representam 1% do PIB



Um Orçamento de rigor financeiro e de apoio às empresas e famílias

Ajudar a economia, as empresas e as famílias a fazer face à grave crise internacional, sem abandonar o caminho do rigor financeiro e da disciplina orçamental, é o objectivo central do Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano. A garantia foi dada pelo ministro das Finanças, na conferência de Imprensa de apresentação do OE para o próximo ano.



SUBLINHANDO que Portugal “não está imune à situação das economias e finanças internacionais”, Teixeira dos Santos frisou que a proposta de OE “tem bem presente esta realidade e aquilo que representa para o país e, por isso, é um Orçamento que tem uma preocupação de “realismo”, o que levou o Governo a cortar nas previsões de crescimento para 2008 e 2009, de 1,5% para 0,8%, este ano, e de 2% para 0,6%, no próximo ano.

Trata-se ainda de um Orçamento de “prudência”, por tomar por base os pressupostos para a Europa.

É ainda um Orçamento de “rigor”, acrescentou, por “não deitar a perder o que se ganhou nos últimos anos” em matéria orçamental.

E acrescentou que “sendo um OE que procura combater os efeitos da crise internacional, o Governo também não perdeu de vista as reformas fundamentais”, que considerou “essenciais para assegurar que Portugal, uma vez passada a tormenta, possa estar em condições de retomar o seu crescimento”.

Neste quadro, o governante salientou que “as apostas na educação, ciência e tecnologia, que são fundamentais, mantêm-se no OE para 2009”, adiantando que “o caminho das reformas aberto por este Governo deverá continuar nestas áreas, mas também na Administração Pública”.

Por outro lado, o ministro das Finanças sublinhou também que o OE para 2009 “está preocupado com a situação das famílias portuguesas e, por isso, dará expressão a medidas de carácter social já antes anunciadas pelo Executivo”.

Segundo Teixeira dos Santos, a situação internacional “obrigou o Governo a tomar as medidas de apoio social no tempo devido, que, por essa razão, não se subordinaram ao calendário orçamental”.

E recordou medidas já tomadas pelo Executivo, e que agora ganham expressão orçamental, como os aumentos do abono de família, do passe escolar, as majorações de

despesas com habitação em sede de IRS, o alargamento dos prazos de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a sua redução.

E sublinhou ainda as novidades introduzidas no sector da habitação, designadamente a criação de fundos de arrendamento imobiliário que colocarão no mercado imóveis com rendas “atractivas”.

Aumentos na Função Pública e baixa de impostos

Com uma previsão de crescimento económico de 0,6% para o próximo ano e de 0,8 para 2008, Teixeira dos Santos disse ser “mera coincidência” que os aumentos salariais de 2,9% em 2009 para os funcionários públicos, superiores à inflação esperada de 2,5% tenham lugar num ano em que se realizam várias eleições.

O aumento dos salários da Administração Pública, segundo fez questão de lembrar o ministro das

Finanças, resulta do “calendário de consolidação orçamental – com o défice a atingir no final de 2008 2,2%, – e não do calendário eleitoral”.

“Se o Governo tem agora capacidade para retribuir o esforço desenvolvido pelos funcionários públicos, é isso que tem de ser feito com esta actualização salarial no próximo ano”, disse.

Por outro lado, o titular da pasta da Finanças fez questão de sublinhar que no próximo ano também se assistirá a uma descida dos impostos, destacando o IRC.

“Este é um Orçamento que baixa impostos”, disse, sublinhando que a descida do IRC, já anunciada pelo primeiro-ministro, reduzirá em 50% cento a carga fiscal em 80% das empresas portuguesas.

No actual cenário de crise financeira internacional, Teixeira dos Santos considerou essencial “medidas de estímulo” à actividade económica.

Entretanto, no mesmo dia em que o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, entregou a proposta de Orçamento no Parlamento, O primeiro-ministro, José Sócrates, disse que o Governo teve a preocupação de construir “um OE que responda às dificuldades internacionais”, ajudando “aqueles que precisam de ser ajudados: os empresários e, em particular, as PME”.

OE responde às dificuldades internacionais

José Sócrates, que falava no Fórum PME Líder, que juntou no Europarque, Santa Maria da Feira, representantes de mais de 2000 pequenas e médias empresas (PME), sublinhou que este Orçamento “significa uma opção e uma escolha”.

“Uma das escolhas fundamentais foi a de apoiar as empresas reduzindo impostos”, frisou Sócrates, para quem o documento tem “dois

movimentos: uma das descidas mais significativas do IRC e uma das descidas mais significativas do Pagamento Especial por Conta”.

Outra preocupação fundamental contida no Orçamento do Estado, frisou o primeiro-ministro, foi a de permitir aos empresários o recurso ao crédito.

“Ao criar o fundo de garantia, estamos a dar apoio à nossa economia. Ouvi quem dissesse que era um apoio à banca. Isso está errado. Foi uma escolha de apoio às empresas, assim como a criação da linha de crédito às pequenas e médias empresas”, disse.

José Sócrates alertou que “o que vai passar-se nos próximos tempos depende das empresas e é nelas que está a chave do sucesso que permitirá fazer face às dificuldades”.

E salientou que a sua presença na gala das PME visou precisamente “valorizar a cultura e o espírito empreendedores, dos que querem arriscar, ir mais longe, construir alguma coisa”.

Criar riqueza e emprego

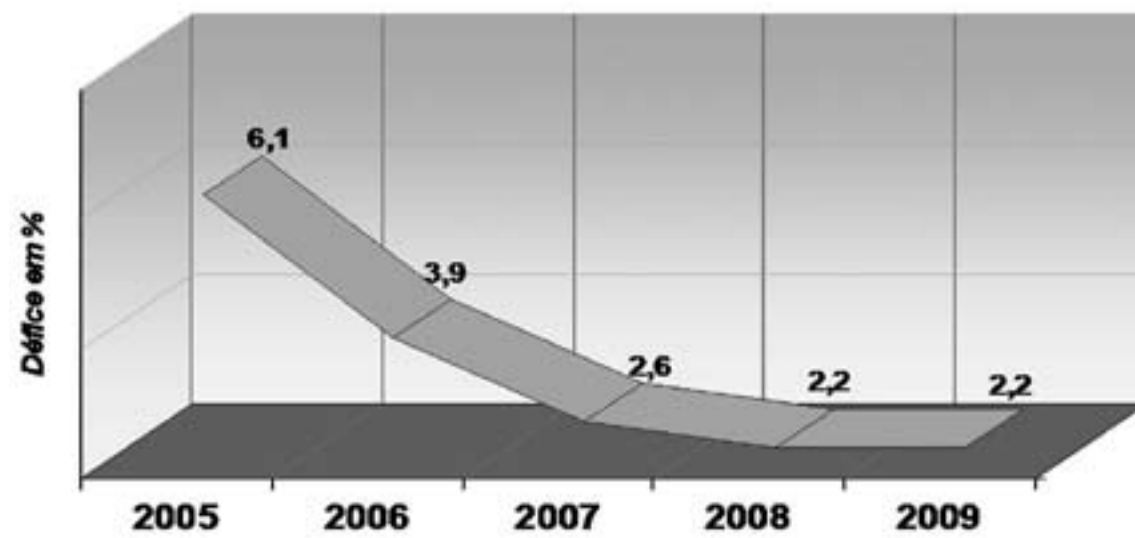
“O país precisa de criar riqueza e emprego. Por isso celebramos não apenas o espírito empreendedor, mas também o sucesso, assinalando aqueles que devem ser apontados como exemplo”, referiu.

A presença do primeiro-ministro, do ministro da Economia e de vários secretários de Estado na cerimónia foi, segundo sublinhou Sócrates, “um sinal claro de que o Governo acompanha as PME e as apoia neste momento particularmente difícil”.

“Espero que não tenha que mandar a ninguém a lista dos que estão aqui a jantar. Mas não é uma lista negra, é uma lista de vencedores”, disse. J.C.C.B.

CONTAS DO ESTADO EM DIA

3 ANOS DE RIGOR ORÇAMENTAL. O DÉFICE MAIS BAIXO DE SEMPRE



Dar resposta à crise e proteger Portugal

Proteger as famílias e as empresas da crise financeira internacional constitui o grande desígnio inscrito no Orçamento de Estado para o próximo ano.

Ao encerrar as Jornadas Parlamentares do PS em Aveiro, José Sócrates assegurou que a nenhum membro do Governo falta ânimo para enfrentar os problemas da extraordinariamente difícil conjuntura externa.

Ao longo dos dias 20 e 21 de Outubro, os deputados socialistas analisaram a proposta de Orçamento para 2009, numas jornadas em que também participaram os ministros das Finanças, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Economia e Inovação.

NUMA intervenção centrada nas respostas que o Executivo socialista deu à crise orçamental a partir de 2005 e nas medidas previstas na proposta de Orçamento do Estado para 2009 (OE 200) com vista a fazer frente à actual crise financeira internacional, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates, sustentou ser num momento como o que actualmente o país vive “que é preciso passo firme para enfrentar os problemas”, assegurando de imediato que a “nenhum membro do Governo falta ânimo para responder aos desafios”.

“Sabemos para onde ir. Estamos aqui para enfrentar os problemas”, afirmou perante os deputados socialistas, num discurso que começou com a saudação à vitória do PS/Açores com maioria absoluta nas eleições regionais de 19 de Outubro.

Ao encerrar as jornadas parlamentares de Aveiro, o líder socialista reiterou a ideia de que o Governo, num contexto de crise financeira internacional, vai apoiar as empresas e as famílias “até onde é possível, mas sem entrar em aventuras ou loucuras”, criticando “alguns” políticos que queriam que o Executivo fizesse uma política orçamental de

tal forma expansionista que o país voltasse a uma situação de défice excessivo.

“Seria uma irresponsabilidade para o Estado e para a economia portuguesa”, considerou Sócrates, que desafiou “aqueles que agora reivindicam mais medidas” a justificarem “porque razão não fizeram isso quando estiveram no Governo”.

Depois, explicou que na proposta de OE 2009 estão presentes medidas de apoio às empresas, de reforço de uma nova geração de políticas sociais de apoio às famílias e sublinhou a necessidade de aumentar o investimento público, frisando que “seria uma irresponsabilidade se o Estado recuasse nesta conjuntura de crise financeira mundial”.

Ao longo do seu discurso de encerramento das jornadas, José Sócrates deixou bem claro que as medidas previstas no Orçamento para 2009 “só foram agora possíveis porque o Governo ganhou uma folga, depois de ter colocado as contas do país em ordem”.

Neste sentido, venceu que o OE 2009 tem “contas sérias e transparentes”, sem recurso a maquilhagem.

Feita esta afirmação, o primeiro-ministro explicitou também “o que



não é a proposta do Governo de Orçamento do Estado”, numa crítica aos orçamentos de Ferreira Leite e Bação Félix.

“Em primeiro lugar, este Orçamento não tem titularização de dívidas fiscais para nenhum Citi Group, nem contempla nenhum fundo de pensões com o objectivo apenas de disfarçar o saldo negativo”, referiu, recebendo palmas dos deputados socialistas.

A seguir, evidenciou as operações de desorçamentação feitas pelos anteriores governos de coligação PSD/CDS, demarcando o OE 2009 destes recursos.

“Este Orçamento para 2009 também não tem nenhum tipo de desorçamentação. Não faltam 1512 milhões de euros que faltavam em 2005 para a Saúde; não faltam 730

milhões de euros que faltavam em 2005 para a Segurança Social; e neste Orçamento também não faltam os 458 milhões de euros que faltavam para as estradas em 2005”, disse.

Em contraponto, garantiu que “contas certas” foi a marca da política orçamental socialista.

Antes, num breve balanço do trabalho realizado pelo Executivo do PS ao longo de três anos, sustentou que este pode mesmo ser comparado “com a tarefa patriótica” dos governos liderados por Mário Soares (1976/1978 e 1983/1985).

“Vencemos a crise orçamental em 2005, deixando as contas do Estado em dia, tal como prometemos aos portugueses”, lembrou, para depois afirmar que Portugal será, este ano, “um dos poucos países da União Europeia a baixar o seu défice orça-

mental de 2,6 para 2,2%”, “um valor que é o mais baixo da história da democracia portuguesa”.

A terminar a sua densa intervenção, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro dirigiu uma palavra especial de agradecimento à bancada parlamentar socialista pela “unidade, coesão e apoio sem mácula” dado ao Governo.

OE 2009 redobra a luta pela justiça social

No dia anterior, na sessão de abertura das jornadas parlamentares de Aveiro, o presidente da bancada socialista, Alberto Martins, defendeu o fortalecimento do papel do Estado como regulador, criticando fortemente a visão económica neoliberal defendida ao longo da sua >>>



>>> história pelo principal partido da oposição, acusando-a de estar na origem da crise internacional dos mercados.

“O erro desta ideologia não foi apenas o de falhar redondamente ao subestimar as limitações dos mercados; foi também o de subestimar a importância do Governo do mercado, ou seja, o papel insubstituível do Estado na correcção das insuficiências do próprio mercado e, naturalmente, para fazer progredir a justiça social”, advogou, ressaltando, porém, que “ao fundamentalismo de mercado não pode suceder o regresso do fundamentalismo de Estado”, pelo que “a batalha de ideias vai aprofundar-se necessariamente e exige traçar, na política e na história, um novo quadro de equilíbrio entre governo e mercado, bem como um novo desenvolvimento e organização regulatórios à escala planetária”.

Depois, focalizado no plano ideológico nacional, o dirigente socialista evidenciou o facto de que, apesar das mudanças verificadas na liderança laranja, “desde Durão Barroso até hoje, com Manuela Ferreira Leite, há um objectivo estratégico inerente ao PSD” que é “a pura e simples privatização da educação, da saúde e da segurança social”.

“A tática é a do costume: Preparatório da privatização, o PSD quer o desgaste dos serviços públicos”, vincou, recordando que, ainda durante a campanha interna, Manuela Ferreira Leite afirmou que o Serviço Nacional de Saúde gratuito ou tendencialmente gratuito para todos era um aspecto que possivelmente teria de ser revisto.

“A posição do PS é absolutamente inversa”, contrapôs de seguida Alberto Martins, assegurando que os socialistas “querem defender e qualificar os serviços públicos para os preservar assim como são: públicos, universais e inclusivos, para que existam não só amanhã, mas para as gerações futuras”.

Quanto à proposta de Orçamento para o próximo ano, apresentada num contexto de crise, Alberto Martins declarou que os orçamentos são instrumentos de “singular importância na concretização das políticas de qualquer Executivo”, e que este, do Governo socialista, redobra a luta pela justiça social com mais e melhores políticas de apoio às pessoas e às famílias.

Nesta sua intervenção, o presidente da bancada do PS expôs ainda as contradições existentes entre a actual líder do PSD e Cavaco Silva, a propósito da saúde actual da democracia portuguesa.

Ao contrário da afirmação de Ferreira Leite de que a democracia portuguesa “está doente”, o Presidente da República considerou que o regime “encontra-se perfeitamente estabilizado e sedimentado”, constatou Alberto Martins, criticando de seguida as supostas preocupações sociais do PSD.

“Os socialistas não usam a sensibilidade social como enfeite na lapela. A preocupação social é o nosso código genético, a razão de ser das nossas opções políticas”, rematou. M.R.

Teixeira dos Santos acusa PSD de reeditar discurso da tanga

SE AS propostas do PSD de alteração ao Orçamento fossem aprovadas, resultariam num agravamento do défice em 1400 milhões de euros, atirando Portugal novamente para uma situação de défice excessivo de 3%, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, na abertura das Jornadas Parlamentares do PS, onde acusou Manuela Ferreira Leite de reinventar o “discurso da tanga”.

“Eu pergunto a Manuela Ferreira Leite: quer que Portugal entre outra vez em défice excessivo ou propõe-se voltar a fazer transferências de fundos de pensões e titularização de créditos, como fez em 2003”, questionou o ministro das Finanças, acrescentando que quem “fala de ilusões e truques é porque tem um histórico rico” sobre isso.

“Quem é que andou a vender ilusões? Quem previa para 2003 um crescimento entre 1,25% e 2,25% do PIB e não passou de um crescimento de 0,8 pontos negativos”, perguntou, numa referência ao Governo de Durão Barroso, em que Ferreira Leite era ministra das Finanças. “Não terá sido o ‘discurso da tanga’ que pôs o astral dos portugueses tão em baixo? E agora reinventam o ‘discurso da tanga’, dizendo que não há dinheiro para nada”.

Por outro lado, Teixeira dos Santos pediu aos deputados do PS para que centrem o debate sobre o Orçamento do Estado nas dificuldades económicas que esperam ao país em 2009, em consequência da grave crise financeira internacional.

“Este orçamento não ignora as dificuldades que vivemos, mas enfrenta-as”, disse, salientando que o Governo tem toda a credibilidade para enfrentar a actual crise internacional, após três anos de redução do défice.

“Nos três anos anteriores a prioridade fundamental foi a redução do défice, prioridade que agora se provou acertada. Foi essa correcção do défice orçamental que nos permite agora estar em condições



para dar resposta às exigências que a crise internacional nos coloca”, sublinhou.

Segundo referiu o ministro das Finanças, “este Orçamento não esconde que para o ano Portugal vai crescer menos e, como tal, há necessidade de tomar medidas de auxílio para as empresas e às famílias”.

Por isso, neste contexto, o ministro das Finanças salientou a ideia de que o exercício de “rigor” da execução do Orçamento em 2009 não será fácil, porque se trata de manter um défice em 2,2%, com uma previsão baixa de crescimento, 0,6%.

Pinho realça apoios às PME

Por sua vez, o ministro da Economia, Manuel Pinho, realçou o facto de ter triplicado o número de pequenas e médias empresas (PME) abrangidas por apoios e ter multiplicado por seis o valor dos apoios dados pelos governos de direita PSD/CDS. Estes são, frisou, resultados “claríssimos” da governação do PS.

Na sua intervenção, no segundo dia das Jornadas Parlamentares do PS, Manuel Pinho acusou o PSD “de não gostar das PME” e comparou dados de 2004, durante o Executivo liderado por Durão Barroso, com os deste ano.

“Em 2004 foram abrangidas por apoios 1500 empresas contra 4500 em 2008. Em 2008 investiram-se 2,6 mil milhões de euros em linhas

de crédito contra 400 mil registados em 2004”, lembrou, salientando que “nunca como este Governo se fez tanto pelas PME”.

O ministro da Economia comparou também investimentos realizados em três anos de governos de coligação PSD/CDS com os projectos já contratualizados para o próximo ano, referindo que “estão em vias de arrancar projectos de 10 mil milhões de euros em Portugal, enquanto em três anos da anterior legislatura apenas foram contratualizados quatro investimentos no valor total de mil milhões de euros”.

E salientou que estes resultados foram alcançados “numa conjuntura internacional difícil, com aumento dos preços do petróleo e das taxas de juro”, entre outros factores.

Por outro lado, num plano político, Manuel Pinho defendeu que uma “nova maioria absoluta é bom para o país e mais importante do que nunca”, acusando a oposição de “não dar o mínimo de garantias”.

Segundo referiu o governante, se os partidos à esquerda do PS se recusam a “aceitar qualquer reforma”, escolheram o Governo como “inimigo principal e não jogam as regras do jogo”, a direita “está dividida, não tem agenda” e vive “um foco de instabilidade com a quarta liderança em quatro anos” no maior partido da oposição.

“A esquerda não defende empresas, enquanto a direita quer que o

mercado seja entregue a si próprio, o que pode dar maus resultados, como se está a ver com a crise do sistema financeiro”, disse.

Por isso, sublinhou, a “virtude esta no meio termo”, numa posição equilibrada, com reformas que a esquerda “tenta bloquear na rua”, enquanto a direita “já nem de reformas fala”.

Vieira da Silva afasta variação drástica de desemprego

Já o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, negou um possível drástico agravamento do desemprego em 2009, sublinhando que não há uma relação obrigatoriamente directa entre as variáveis do emprego e do crescimento.

Vieira da Silva referiu que os últimos dados oficiais apontam para uma taxa de desemprego de 7,3% mais baixa em 2008 do que a estimativa para 2009, de 7,6%.

“Estamos a trabalhar com dados agregados. Infelizmente, a nossa previsão não é de continuidade da anterior tendência sólida. Os dados do Instituto de Emprego apontavam nos últimos nove meses para uma diminuição acentuada da taxa de desemprego”, disse.

No entanto, adiantou que, por outro lado, “também não há dados que apontem para uma variação drástica do desemprego” em Portugal.

“É certo que quanto maior o crescimento económico menor o desemprego. Mas essa lógica tem de ser encarada num período mais prolongado”, explicou, numa alusão à previsão do Governo de que a economia portuguesa só crescerá 0,6% no próximo ano devido à conjuntura internacional.

Vieira da Silva reiterou que o Governo “fez uma previsão prudente” na proposta de Orçamento do Estado para 2009 no que respeita à evolução do emprego, acrescentando que “essa previsão não é optimista, mas também não há razão para validar cenários pessimistas”.

CONCURSO PARA 5º CANAL DE TELEVISÃO SERÁ LANÇADO EM BREVE

O CONCURSO para a atribuição do quinto canal generalista de televisão será aberto “muito brevemente”, disse o ministro dos Assuntos Parlamentares, adiantando que este processo está ligado directamente ao desfecho do concurso para a plataforma. As declarações de Augusto Santos Silva foram proferidas no dia 20, à margem das Jornadas Parlamentares do PS.

Quanto à possibilidade de existir alguma compensação financeira para quem explorar o quinto canal generalista por só poder usar o serviço digital durante o período de transição do sistema analógico, Augusto Santos Silva afirmou que o



concurso será aberto para a plataforma digital terrestre.

“Quem concorrer sabe que a licença é atribuída para um canal generalista em sinal aberto e que o processo de implementação de

difusão desse canal acompanha o processo de implementação da plataforma TDT”, disse.

Questionado sobre a dúvida se o Governo manterá o prazo limite máximo para que a empresa que ganhar a licença inicie transmissões, o ministro referiu que se trata “de uma questão que está prevista na lei e no regulamento”.

E sublinhou que “o regulamento já esteve em consulta pública. Finda essa consulta pública, analisaram-se os contributos, refez-se o regulamento e muito brevemente será lançado o concurso”.

Confrontado com a possibilidade de a actual crise financeira inter-

nacional poder adiar o processo de desenvolvimento do quinto canal generalista de televisão, Augusto Santos Silva frisou que a abertura do concurso “está mais ligada ao processo de atribuição da licença para a plataforma”.

Segundo referiu o ministro dos Assuntos Parlamentares, a actual crise financeira “será ultrapassada certamente em todo o mundo e em Portugal, onde podemos ir fazendo o nosso trabalho”.

E assegurou ainda que o ‘switch off’ o desligar definitivo do sistema analógico e substituição pelo digital continua previsto para 2012 em toda a Europa.

CONCLUSÕES DAS JORNADAS PARLAMENTARES DO PARTIDO SOCIALISTA EM AVEIRO

Orçamento do Estado para 2009

1. O Orçamento do Estado é um instrumento de importância crucial na concretização das opções políticas de qualquer governo. O Orçamento serve políticas, serve os portugueses. Em tempos difíceis, o debate e a reflexão sobre as opções políticas orçamentais são ainda mais importantes. Por isso, o Grupo Parlamentar Socialista decidiu dedicar-lhe estas Jornadas, que agora se concluem.

2. O Orçamento do Estado para 2009 é um Orçamento de responsabilidade para com as finanças, para com a economia e para com os portugueses. Todos sabem que estamos perante o abrandamento do crescimento económico e que a crise financeira internacional torna o crédito mais caro e escasso para as empresas e as famílias, criando-lhes assim novas dificuldades.

Face a isto, e sob o signo da responsabilidade e justiça social, o orçamento tem duas prioridades claras: o estímulo à recuperação económica e o reforço das medidas destinadas a contrariar os efeitos da crise sobre as empresas e as famílias.

Salientamos o realismo da proposta de orçamento na forma como combina a gama de opções orçamentais de resposta aos efeitos da crise, e, nomeadamente, quando assume com verdade o abrandamento do crescimento económico no próximo ano.

Mas, o facto de termos conseguido reduzir o défice em 3,9 p.p. do PIB desde 2005, o facto de as contas públicas estarem hoje consolidadas de forma sustentada e saudável em resultados de reformas estruturais e o facto de estarmos a salvo do procedimento por défice excessivo, colocam o país em melhores condições para responder aos problemas mais graves que decorrem do difícil momento que atravessamos. As respostas contidas no orçamento, assim como as medidas anticíclicas já aprovadas, ponderam conjuntura e estrutura, o curto e o médio prazo, atendendo às famílias e às empresas, e protegendo sempre, e prioritariamente, os mais carentes e marginalizados.

Por outro lado, o cenário macroeconómico de referência é, também ele, prudente, uma vez que está em consonância com todas as previsões internacionais, nomeadamente as da União Europeia.

Este é ainda um Orçamento de rigor, pois embora a economia abrande o seu crescimento para 0,6%, e haja um reforço fortíssimo das despesas sociais, será possível manter o défice em 2,2% do PIB.

Este Orçamento inclui ainda um conjunto de medidas destinado a estimular a economia e a proteger as famílias: a redução a metade do IRC, os efeitos ao longo de todo o ano da baixa do IVA e seu desagravamento em certo artigos, a baixa do pagamento por conta, o não aumento do ISP, a linha crédito de mil milhões de euros para as PME's, o reforço das transferências sociais, o aumento em

6% do salário mínimo, a expansão da acção social escolar, o alargamento do 13º mês do abono de família ao cerca de um milhão de famílias beneficiárias, a protecção social acrescida das pessoas com deficiência, e o renovado apoio à habitação e à reabilitação urbana.

Para que se perceba de forma expressiva o impacto orçamental deste conjunto de opções, recordemos que, entre o que o Estado deixa de receber e o adicional de despesa, se trata de 1,1 mil milhões de euros, ou 0,6% do PIB.

Em 2009, a despesa com funções sociais, na educação, na saúde, na segurança e acção sociais, representará 60,3% do PIB, mais de 29 mil milhões de euros.

Manuela Ferreira Leite fala de ilusionismo e truques a propósito do OE 2009. Manuela Ferreira Leite saberá bem do que fala. Estamos todos bem lembrados da operação de titularização de dívidas fiscais e contributivos ao Citigroup, com custos pesadíssimos que ainda hoje custeamos todos.

É que se as propostas apresentadas pelo PSD se concretizassem teriam como resultado agravar o défice em 1.400 milhões de euros, ou seja, 0,8 p.p. do PIB. Fazê-lo empurraria o défice de 2,2% de volta para os 3%. E assim ou ficaríamos de novo em situação de défice excessivo.

Não vamos por aí. Não contém com o Partido Socialista para desbaratar agora o esforço continuado dos portugueses ao longo dos últimos.

A constituição do aval soberano de 20 mil milhões de euros, que estabiliza o sistema financeiro, serve a economia e protege os depositantes, deve ser fortemente apoiado. Devendo mesmo ser exigidas explicações àqueles que não consideram ser importante proteger os depósitos dos portugueses.

3. O Orçamento do Estado para 2009 é o orçamento da solidariedade, como, aliás, os anteriores. O que é agora de relevar é a manutenção do esforço solidário num quadro de dificuldades acrescidas, de que os portugueses não estão alheios e o governo está bem consciente.

Por um lado, verifica-se a necessidade de acomodar na despesa pública o resultado do reforço das políticas de protecção e apoio social. Por outro, a desaceleração da actividade económica traduz-se num menor aumento da receita, ao mesmo tempo que, e muito naturalmente, a conjuntura de crise se repercute especificamente na despesa. É por isso mesmo que, no domínio das políticas sociais, o OE 2009 constitui um exercício de grande exigência.

O primeiro grande núcleo de políticas centra-se no apoio às famílias. O OE 2009 aumenta as prestações sociais familiares associadas às crianças e às famílias mais numerosas. Um exemplo muito significativo é o abono de família (cuja verba orçamentada cresce 15%). São acções como a majoração nos dois primeiros escalões de rendimento (os

mais baixos), o reforço do apoio às famílias monoparentais, o abono pré-natal e o alargamento do 13º mês a todas as 780 mil famílias beneficiárias.

O outro grande conjunto de opções orçamentais centra-se na acção social, que cresce na sua globalidade 10%. Aqui se incluem as políticas dirigidas à primeira infância, às pessoas com deficiência e aos mais idosos. É muito significativo o reforço ao nível dos equipamentos sociais (só no programa PARES, são mais cerca de 100 milhões de euros) e do Complemento Solidário para Idosos com baixos rendimentos (cuja dotação cresce 78%), que já ajudou a retirar da pobreza mais de 140 mil idosos.

O objectivo do OE 2009 é o de reforçar e consolidar as políticas de apoio às famílias e aos sectores sociais mais fragilizados, com ponderação da necessidade de sustentação e consolidação orçamental. Combina o reforço do apoio às famílias e à natalidade com a continuação do combate à pobreza, num quadro de grande incerteza.

4. Não é altura de baixar os braços, mas de reagir com ânimo.

É por isso que este orçamento dá uma atenção muito especial às cerca de 290 mil pequenas e médias empresas que representam 75% do emprego no sector empresarial e mais de 65% da facturação, e aos grandes projectos que vão mudar a estrutura da economia.

As PME's nunca foram tão apoiadas. Na criação de um bom ambiente de negócios, reduzindo o peso da burocracia, do simples à reforma do licenciamento; na qualificação dos recursos humanos (5 mil jovens INOV); nos apoios financeiros directos (três vezes mais empresas apoiadas e seis vezes mais volume de apoio do que na legislatura anterior); nas linhas de crédito bonificado para as PME (1750 milhões de euros); na redução carga fiscal IRC e redução pagamento por conta; e nos aumentos limitados das tarifas da electricidade, tendo as de gás baixado.

No que respeita aos grandes projectos na indústria e energia são fundamentais, refira-se que estão em curso ou em vias de arranque, excluindo o turismo, projectos no valor de 10 mil milhões de euros (dez vezes mais do que na anterior legislatura).

5. O GP/PS reunido em Aveiro considera que estão abertos os caminhos do futuro e que a crise que vivemos pode e deve ser ultrapassada.

Com este rumo, o Governo e a maioria têm conseguido consolidar as finanças públicas, dinamizar a economia, criar emprego, aumentar a justiça social, combater as desigualdades e a pobreza, desenvolver o país de forma mais harmoniosa. Este orçamento é mais um passo no momento mais difícil da legislatura. E consideramos que o Governo apresentou o seu melhor Orçamento da legislatura.



Sócrates garante que OE 2009 protege Portugal

“O Orçamento de Estado para 2009 tem como objectivo central proteger a economia portuguesa e as famílias dos efeitos negativos da crise que assola todo o mundo”, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, ao falar no plenário de militantes promovido pela FAUL, no dia 18 de Outubro, no Parque da Cidade de Loures.

MARY RODRIGUES

PERANTE uma vasta assistência composta por dirigentes, autarcas e militantes socialistas, José Sócrates apresentou e explicou os pontos-chave da proposta orçamental para o próximo ano, assegurando que se trata de “um Orçamento de responsabilidade”.

De seguida elencou as principais medidas previstas no documento com vista a “ajudar as empresas e as famílias” e frisou que o Orçamento de Estado para 2009 (OE 2009) “só é possível assim porque nestes últimos três anos o Governo pôs as contas públicas em ordem”.

Na sua intervenção, Sócrates começou por apresentar resumidamente os números da execução orçamental de 2008, sublinhando que este é o terceiro ano consecutivo em que não haverá um orçamento rectificativo.

“Este ano vamos cumprir o objectivo orçamental do défice de 2,2% do PIB, o défice mais baixo dos últimos 30 anos”, afirmou, frisando depois que o Executivo

conseguiu reduzir, em 2008, o esforço da riqueza nacional para pagamento de funcionários da Administração Pública.

Além disto, destacou também que, este ano, o saldo orçamental primário (retirando os juros da dívida) será positivo.

“Isso prova que cumprimos exemplarmente o que está no Orçamento de Estado”, afirmou.

Quanto aos pontos essenciais do OE 2009, apontou como “primeiro sinal político” a baixa do IRS, uma medida destinada às empresas, a par da linha de crédito bonificado pelo Estado para as PME's.

“Pretendemos com isto aliviar a carga fiscal das empresas, de modo a que tenham mais disponibilidade para investir, considerando que são elas que criam riqueza no país e que atravessam actualmente uma situação especialmente difícil”, sustentou Sócrates.

Na área social, observou que o OE 2009 “consolida uma nova geração de políticas” que visa mais e melhores apoios para as pessoas, nomeadamente os aumentos nos



abonos de família, a criação do abono pré-natal para grávidas, o reforço do complemento solidário para idosos e dos apoios na Acção Social Escolar.

Ainda para ajudar as famílias a enfrentar a crise financeira internacional, José Sócrates destacou a decisão de aumentar as deduções no IRS com as despesas feitas com habitação e a criação de um fundo imobiliário.

Neste ponto, insistiu na ideia de que “no Orçamento para 2009 a acção social vê a sua dotação

alargada”, sublinhando ainda “a dimensão solidária da proposta”.

A terminar a sua intervenção, o líder do PS e chefe de Governo fez questão de deixar claro que a garantia dada pelo Estado às instituições financeiras não visou proteger a banca, mas as empresas, as famílias e a economia nacional.

“Este é um Orçamento que protege Portugal”, rematou.

A abrir a sessão, o presidente da Câmara Municipal de Loures, camarada Carlos Teixeira, disse que, à semelhança do que o Governo

do PS tem feito a nível nacional, o seu Executivo também conseguiu pôr as contas da autarquia em ordem, apesar de ter assumido, há quatro anos, a gestão do segundo município mais endividado do país.

“Hoje, em Loures, faz-se modernidade”, afirmou, lembrando de seguida que Loures é o quinto maior concelho de Portugal e não tem pedintes na rua.

“Revolucionámos Loures como o Governo está a revolucionar o país”, concluiu.

Dirigentes nacionais debatem Orçamento com militantes

VIEIRA da Silva, Pedro Silva Pereira e Augusto Santos Silva, do Secretariado Nacional do PS, participaram em plenários de militantes, com o objectivo de explicar as linhas principais que norteiam o Orçamento de Estado para 2009.

Assim, no dia 23, perante os militantes de Odivelas, reunidos no auditório do CAELO – Centro de Actividades Económicas de Loures e Odivelas, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, disse que se tivesse de escolher duas palavras para definir este orçamento, escolheria “estabilidade e esperança”.

“Estabilidade”, porque, sublinhou, “é um Orçamento que não compromete o duro caminho que temos percorrido na consolidação orçamental e na melhoria sustentada das condições de vida dos portugueses, em particular dos que têm mais dificuldades. O caminho estratégico, de longo prazo, está traçado e está a ser percorrido”.

E “esperança” porque, frisou, “num contexto internacional que é de profunda incerteza e que atinge



todos os países, temos hoje margem para responder às dificuldades e dar aos portugueses sinais claros”, referindo que “tal como no salário mínimo, os aumentos salariais são para repor o poder de compra”. O combate à pobreza e o apoio aos mais fragilizados no mercado de emprego é para reforçar, bem como o apoio às famílias, seja nas prestações sociais seja nos equipamentos do PARES, é para crescer, disse. A aposta na educação e na qualifica-

ção é para aprofundar, reafirmou Vieira da Silva.

Responsabilidade financeira

No dia 24, no Hotel Faro, na capital algarvia, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, afirmou que “este é um Orçamento de responsabilidade financeira, para não fazer o país andar para trás naquilo que conseguiu”, mas é, sobretudo, “um Orçamento de

resposta à crise internacional”, já que “no momento de dificuldades na economia é importante que o Estado cumpra o seu papel e isso significa apoiar as empresas, promover o investimento, incluindo o investimento público necessário para a modernização do país, e apoiar as famílias”.

E reiterou que estratégia do Governo para enfrentar a crise e apoiar a economia é “baixar os impostos para as empresas, reduzir o pagamento por conta, reforçar linhas de crédito para as pequenas e médias empresas, garantir a capacidade dos bancos para fornecerem créditos, diminuir os prazos de pagamento do Estado e de reembolso do IVA, facilitar a utilização dos fundos comunitários”.

Ao contrário, acusou, “a alternativa do PSD é parar tudo e esperar que a crise passe”.

Políticas sociais e qualificação

Já no passado dia 26, domingo, num plenário de militantes em Esposende, o ministro dos Assuntos

Parlamentares, Augusto Santos Silva, afirmou que o Orçamento do Estado para 2009 exprime as “prioridades políticas” que têm marcado desde sempre a governação do PS: “políticas sociais e qualificação”.

Na sua intervenção, o dirigente nacional do PS acusou a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, de mudar constantemente de opinião sobre os investimentos públicos. “Ao princípio, dizia que não conhecia os estudos das grandes obras públicas projectadas pelo Governo, depois não conhecia as contas, e, depois ainda, não havia dinheiro, pelo que haveria de escolher algumas”, acusou, para concluir que “com a direita regressaria a política da ‘tanga’”.

Augusto Santos Silva denunciou ainda “a hipocrisia política da oposição dita de esquerda que se pronunciou contra as garantias bancárias quando são estas medidas, decididas à escala europeia, que permitiram a baixa das taxas de juro e asseguram os depósitos dos pequenos aforradores e o crédito que as famílias e as empresas tanto necessitam”. J. C. C. B.

Por um sindicalismo reivindicativo e eficaz

VII CONGRESSO DA CORRENTE SINDICAL SOCIALISTA DA CGTP-IN

O modelo inspirado pela doutrina que rege os partidos socialistas e social-democratas é aquele que “dá uma melhor resposta política” face às dificuldades que o país atravessa resultantes da grave crise internacional, afirmou o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e dirigente do PS, Vieira da Silva, na abertura dos trabalhos do VII Congresso da Corrente Sindical Socialista (CSS) da CGTP-IN, que reelegu o camarada Carlos Trindade para mais um mandato à frente da organização.

J. C. CASTELO BRANCO

A GRAVE crise financeira internacional que tem arrastado as maiores economias para a recessão esteve presente na análise de Vieira da Silva aos sindicalistas, para defender a necessidade de se “continuar a desenvolver um processo de dinamização da nossa economia”.

Na perspectiva do ministro do Trabalho, “há três posições ideológicas que devemos reflectir sobre que resposta têm face às dificuldades portuguesas”. A primeira, disse, é a resposta neoliberal, “dominante nas economias mais desenvolvidas”, e que “é um modelo que valoriza a desregulação, preconiza a redução do papel do Estado e sacraliza o mercado. É o modelo da célebre ‘mão invisível’”. E acrescentou que a agenda neoliberal para as relações laborais, que segue o modelo da OCDE, traduz-se na “desregulação do mercado, na liberalização do despedimento individual e na individualização das relações de trabalho”.

Perante os cerca de 150 delegados ao Congresso, reunidos nos dias 25 e 26 no Hotel Roma, em Lisboa, Vieira da Silva referiu que outra resposta é a dos partidos marxistas-leninistas, que já teve o seu “crash”, e que “aposta na agudização da conflitualidade, no reforço da dimensão dos problemas, dos quais, aliás, se alimenta”.

Esta alternativa, que tem “uma lógica de trincheira”, referiu ainda

o dirigente nacional do PS, tem a sua expressão no plano laboral “na desvalorização do diálogo social, numa perspectiva de classe contra classe e olha muito mais o Governo como adversário do que o patronato”.

Face a estas respostas, existe uma outra alternativa que “se inspira no modelo social europeu” e que é a “doutrina dos partidos socialistas e social-democratas”, disse o ministro do Trabalho, acrescentando que “é um modelo que compatibiliza a dinâmica do mercado e a coesão social”.

Esta alternativa, que é “a que melhor se adapta aos processos de transformação económica”, tem a sua tradução no mundo do trabalho “num modelo que assenta no diálogo social o essencial das relações laborais”.

Vieira da Silva defendeu ainda que “uma sociedade moderna e desenvolvida precisa de um movimento sindical forte”, salientando que “o conflito e o consenso são partes de uma sociedade democrática e aberta”.

Futuro do emprego

Coube ao presidente do PS, Almeida Santos, encerrar os trabalhos com uma intervenção que teve como mote “o futuro longínquo do emprego”, que disse ser uma tema que devia preocupar o movimento sindical, já que, frisou, “o emprego corre o risco de se tornar cada vez mais escasso”.



Segundo Almeida Santos, “o pleno emprego a nível global não irá ter a expressão que tem hoje”, referindo que “o sector dos serviços e as novas tecnologias vão criar outro tipo de emprego, mas não tantos como os que destroem”.

Actualmente, prosseguiu, “o computador e a Internet substituem a inteligência e a memória humana, os robots substituem o esforço humano e fazem-se por aparelhos operações cirúrgicas”.

Por todos estes factores, que já hoje são visíveis, “a oferta de emprego vai ser cada vez mais escassa”, alertou.

Por outro lado, o presidente dos socialistas defendeu que a par da globalização económica devia ter sido feita a globalização política, salientando que “a globalização sem regras tem sido uma fábrica de pobres, num quadro de explosão do desemprego, da pobreza e da violência”.

Pela autonomia da CGTP-IN

Antes interveio Carlos Trindade, reeleito para mais um mandato à frente da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, que reiterou que o Congresso “reforçou a nossa

organização” que se bate “por um sindicalismo reivindicativo, mas eficaz, pela autonomia da CGTP-IN e pelo desenvolvimento da democracia, nos planos político, económico, social e laboral”.

Na sua intervenção, Carlos Trindade referiu ainda que a actual crise internacional veio demonstrar que “o neoliberalismo faliu, esgotou, afundando-se nas suas próprias contradições”, defendendo um maior papel do Estado na actividade económica e que assuma com mais vigor as suas funções sociais.

No que respeita à CGTP, o líder da corrente socialista referiu que a tendência sindical comunista da central da Vítor Cordon “procura imprimir na acção reivindicativa dinâmicas radicais e no funcionamento dos órgãos práticas sectárias”. Contra esta actuação, Carlos Trindade reafirmou o combate dos sindicalistas socialistas de oposição a esta postura, defendendo que “a autonomia dos sindicatos, da CGTP em particular, é fundamental porque como a história provou o movimento sindical hegemónico partidariamente afasta a massa trabalhadora e é incapaz de praticar a unidade”.

Por outro lado, face às alterações

verificadas no mundo do trabalho em Portugal que vão ocorrer devido à revisão do Código Laboral, o líder da corrente considerou a necessidade de se proceder a “alterações nas práticas sindicais, nomeadamente numa maior participação dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho, priorizando os problemas concretos”.

Na sua opinião, deve-se também “dar prioridade ao combate sindical dentro das empresas contra muitas actuações incumpridoras do patronato, já que esse é o objecto central do sindicalismo, e não, como acontece actualmente, ao combate político-ideológico, cujo principal objectivo é o desgaste do Governo”.

Antes do início do Congresso, teve lugar um seminário internacional subordinado ao tema “O Código do Trabalho e a Contratação Colectiva – Reflexões sobre o sindicalismo no novo contexto legal”, que contou com a presença do deputado do PS e ex-ministro do Trabalho, Paulo Pedroso, do coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, do dirigente da UGT, Vítor Coelho, e de Reinhard Naumann, da Fundação Friedrich Ebert, entre outros.



5 PERGUNTAS AO DEPUTADO
RENATO SAMPAIO

“O PSD sempre esteve contra o projecto do metro do Porto”

Estivesse a direita no poder e Manuela Ferreira Leite fosse primeira-ministra, certamente que as críticas que o PSD faz hoje ao desenvolvimento da rede do metropolitano do Porto não existiriam. Esta a convicção do líder do PS/Porto, Renato Sampaio, que todavia garante não ter dúvidas de que com a fúria anti-investimento público que o PSD sempre deu mostras, este importante e único projecto verdadeiramente metropolitano já estaria há muito bloqueado por uma qualquer resolução do Conselho de Ministros.

O metropolitano do Porto terá de ser visto como uma infra-estrutura de fundamental importância para a Área Metropolitana do Porto (AMP), ou, pelo contrário, a ênfase deve ser posta noutro patamar, encarando o metro como um instrumento financeiro da promoção política de alguns?

O Partido Socialista desde sempre tem defendido que o metropolitano do Porto deve ser encarado como uma infra-estrutura de capital importância para a mobilidade na AMP, um projecto estruturante no ordenamento do território e um meio de transporte urbano de excelência, que deve garantir elevados padrões de qualidade de vida aos cidadãos deste espaço geográfico.

Deve ser assim considerado como um projecto catalisador e mobilizador das mudanças que se pretendem operar no sentido da modernidade e competitividade da AMP, e não como instrumento financeiro ao serviço de alguns, que, enquanto responsáveis políticos autárquicos, foram incapazes de realizar obra.

A Comissão Executiva do Metro do Porto, com o apoio do Governo, já apresentou ao Conselho de Administração e aos seus accionistas uma proposta de expansão da rede. Esta proposta, em sua opinião, visa consolidar uma verdadeira rede de transportes públicos, ou, como acusam alguns, mais não é do que uma proposta que pretende uma construção avulsa e ao sabor de interesses particulares?

A Comissão Executiva do Metro do Porto, com o apoio do Governo, apresentou, recentemente, ao Conselho de Administração e aos seus accionistas uma proposta

de expansão da rede do metro, suportada no “Memorando de Entendimento” assinado entre o Governo e a Junta Metropolitana em 27 de Maio de 2007.

Trata-se de uma proposta que consolida uma verdadeira rede de transportes públicos e não da construção de linhas avulsa ao sabor de interesses locais, uma proposta de 43 km de expansão, construída a um ritmo semelhante ao da 1ª fase, representando um investimento de 1100 milhões de euros e cujo desenho da rede poucos ousam por em causa, uma vez que esta resolve, na totalidade, o estrangulamento de capacidade do troço Sr.ª da Hora – Trindade, serve corredores de grande densidade populacional – zonas habitacionais, pólos universitários e hospitalares – e contribui para a estruturação da rede radial com elementos circulares.

Havendo, ao que parece, consenso quanto ao desenho da rede, o mesmo já não se passa no que respeita ao “Memorando de Entendimento” estabelecido entre o Governo e a Junta Metropolitana do Porto. O que se passa em relação a este último ponto?

O documento assinado pelo ministro Mário Lino e pelo presidente da Junta Metropolitana, Rui Rio, diz no seu ponto quatro “Programa de novos Investimentos” o seguinte: “A segunda fase do metro do Porto é constituída pelas seguintes expansões: a ligação ao concelho da Trofa, a ligação ao concelho de Gondomar, o prolongamento no concelho de Gaia, o reforço de ligações circulares nos concelhos de Matosinhos e do Porto”.

Ora, a rede proposta cumpre integralmente o referido memorando porquanto a ligação ao



concelho da Trofa, que integrava a primeira fase e que a anterior administração do metro retirou deixando a Trofa sem alternativa à linha férrea existente, fica nesta proposta garantida pela duplicação da linha do ESMAI-Trofa com entrada em operação em 2012. Por sua vez, a ligação a Gondomar fica assegurada por duas linhas conforme previsto, ou seja, prolongamento do Dragão-Venda Nova com entrada em operação em 2010 e pela ligação Campanhã-Valbom em 2018. O prolongamento da ligação no concelho de Gaia está salvaguardado pela extensão da linha amarela entre S. João de Deus e Laborim que estará concluída em 2012.

O reforço de ligações circulares nos concelhos de Matosinhos e do Porto é acautelado pela linha de S. Mamede em operação em 2016 e pela linha do Campo Alegre em 2014 dentro dos condicionais previstos no memorando. Memorando que prevê, ainda, que a “Metro do Porto deverá desenvolver os estudos relativos a eventuais futuras extensões da sua rede, designadamente as linhas Hospital de S. João-Maia e desenvolvimento a sul do Rio Douro”.

Esta é a verdade que tem sido

escondida por aqueles que põem as suas obsessões pessoais acima dos interesses do Porto e dos portugueses e de todos os cidadãos da AMP, estes sim, não estão a honrar os compromissos assumidos.

O Partido Socialista tem vindo a afirmar repetidas vezes em público e nos mais variados fóruns, que o PSD/Porto sempre esteve contra o projecto do metro do Porto. Pode concretizar?

É verdade. O PSD/Porto sempre esteve contra o projecto da rede de metropolitano do Porto.

Foi no seu arranque, quando levemente o apelidavam de “metro de papel”, com cartazes espalhados na cidade, ou quando ministros do PSD o consideravam “um projecto megalómano de socialistas”.

Foi assim quando em Março de 2005 o seu Governo bloqueou a segunda fase.

É assim agora com a persistente tentativa de desinformação e de descredibilização do projecto a que vimos a assistir.

Se Ferreira Leite fosse hoje primeira-ministra, por qualquer partida do destino, e atendendo à posição que o seu partido desde sempre tomou em relação, não

só em relação ao metro do Porto, mas a tudo o que seja investimento público, e este importante e único projecto verdadeiramente metropolitano já estaria bloqueado e atirado para as calendas gregas.

O ministro Mário Lino e o presidente da Junta Metropolitana do Porto (JMP), Rui Rio, assinaram um documento que no seu ponto quatro estabelece as obras de expansão da rede do metro. O presidente da JMP tem vindo a público acusar o Governo de não estar a cumprir com o acordado. Quem está a faltar a verdade, o Governo ou a oposição liderada aqui pelo presidente da JMP, e da Câmara Municipal do Porto, e vice-presidente do PSD, Rui Rio?

Pelo que atrás se disse, fica claramente demonstrado que o Governo honrou integralmente os seus compromissos, que a verdade está do seu lado, que Rui Rio está a mistificar a verdade e sobretudo que a secretária de Estado, Ana Paula Vitorino e o ministro Mário Lino, estiveram à altura das suas responsabilidades ao desbloquear a segunda fase do metro do Porto defendendo os interesses dos cidadãos desta Área Metropolitana. **R.S.A.**

5 PERGUNTAS AO PRESIDENTE DA CONCELHIA DO PS DE LISBOA, MIGUEL COELHO

“Queremos que o papel dos autarcas do PS seja cada vez mais coeso”

Repensar a dimensão e número das freguesias no concelho de Lisboa, apostar numa maior descentralização de competências para o município e deste para as freguesias, são alguns dos pontos já propostos pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, e que o líder da Concelhia do PS de Lisboa, Miguel Coelho, apoia, tendo em vista uma mais adequada e justa gestão da cidade.

O que pensa a Concelhia sobre a necessária reorganização administrativa da cidade de Lisboa?

Tal como afirmou António Costa no seu discurso do 5 de Outubro, importa lançar com urgência um debate público sobre a incongruência que hoje em dia representa termos em Lisboa 53 freguesias, algumas com maior dimensão eleitoral do que de muitas cidades capitais de distrito e várias outras freguesias com menos de mil eleitores e até menos de 500. Este debate deve incluir a descentralização de competências do poder central para o município e deste para as freguesias de forma a que a Câmara possa gerir áreas que até aqui têm estado debaixo da alçada do poder central, como por exemplo a organização dos transportes e possa descentralizar para as freguesias áreas que estas têm condições de gerirem de um modo mais próximo dos cidadãos, como a limpeza, espaço público, ordenamento do estacionamento e até determinadas áreas do urbanismo, sendo que para tal se torna imprescindível que as freguesias na cidade de Lisboa tenham a dimensão necessária que permita intervenções de escala, único modo de se poder racionalizar e otimizar os recursos disponíveis.

Uma das propostas inscritas na sua candidatura passava pela formação de um conselho de coordenação e estratégia autárquica. O que se pretende com

esta iniciativa?

Naturalmente tornar ainda mais coesa a intervenção estratégica dos autarcas do PS na cidade de Lisboa. Nesse sentido, já institucionalizámos reuniões periódicas dos presidentes de Junta do PS comigo e com o presidente da Câmara, assim como o secretariado da concelhia. Temos reuniões de trabalho, também periódicas, com os outros autarcas socialistas, para além das reuniões de trabalho que a Comissão Política Concelhia promove com cada um dos vereadores eleitos pelo PS.

Na opinião da Concelhia, quais os principais problemas que afectam, do ponto de vista urbano e do território, a cidade de Lisboa?

Do território, naturalmente como já referido uma reforma administrativa que habilite a cidade a responder aos novos desafios que se colocam. Do ponto de vista urbano é urgente substituir o actual PDM, processo que por força de lei será relativamente longo e dotar a autarquia dos instrumentos necessários e fundamentais para que se possa promover um desenvolvimento sustentado da cidade, reparando as autênticas barbaridades urbanísticas que foram realizadas durante a gestão do PSD de Santana e Carmona. Importa destacar o enorme trabalho já desenvolvido pelo António Costa e sua equipa nesta área, arrumando a casa, resolvendo as trapalhadas herdadas

e dando seguimento à sindicância efectuada. Tal permitiu a restauração de um clima de confiança dos cidadãos e dos investidores na Câmara Municipal.

Lisboa é uma cidade sufocada pelo trânsito. O fenómeno é mais evidente nas suas zonas mais nobres e emblemáticas, caso da Baixa Pombalina e na zona do Chiado. O que pensa a Concelhia sobre este problema e que papel pode desempenhar junto das autoridades da CML no sentido de inverter este cenário?

Este problema existe e o vereador encarregue desta pasta está a trabalhar e bem para o contrariar. Mas também passa por uma maior cooperação da PSP, que não depende da Câmara, e igualmente por uma maior atitude cívica dos automobilistas.

A política de habitação constituiu outro problema da cidade. Bairros degradados, espaços públicos ao abandono, bairros sociais construídos nas décadas de 70/80 mal planeados, demasiados edifícios em pré-ruína, sendo que muitas casas, sobretudo nos bairros históricos, estão inabitáveis. Qual a posição que a Concelhia pode assumir junto dos responsáveis autárquicos e que espaço tem para poder apontar caminhos, de modo a ajudar a resolver esta situação?

Quem se lembra da autêntica cintura de bairros de barracas como



o do Relógio, Casal Chinês ou das Musgueiras não pode deixar de ter orgulho na obra feita pelos socialistas, desde Jorge Sampaio a João Soares e sobretudo por Vasco Franco, independentemente de hoje em dia, e não na altura em que foram construídos, os conceitos e filosofia social de realojamento serem diferentes. Há problemas, mas não em todos. Felizmente que a vereadora Ana Sara Brito dirige este pelouro, porque tem uma enorme sensibilidade para os problemas sociais, e tanto assim é que já apresentou um conjunto de regulamentos para os bairros sociais que contribuirão para um salto em frente, positivo, nestas questões. Importa contudo reconhecer, que o sucesso neste domínio passa pela implementação de políticas integradas, de

natureza preventiva, envolvendo os componentes policiais, as sociais, económicas, os autarcas locais e as instituições públicas e privadas que intervêm neste campo, naturalmente também o Governo Civil que tem demonstrado uma particular sensibilidade nesta matéria.

Nesta, como em todas as outras áreas a Concelhia desempenha sempre dois tipos de intervenção: por um lado, uma reflexão e debate sobre o conteúdo programático das soluções, desenvolvido no âmbito do Fórum Cidade e, por outro lado, uma intervenção no terreno em apoio solidário da gestão municipal do PS, onde naturalmente têm cabimento iniciativas internas ao PS e acções exteriores de contacto e diálogo com os cidadãos. **R.S.A.**

www.psoeiras.net

CONHECER melhor a estrutura e actividade do PS/Oeiras e aproximar esta estrutura política dos munícipes e eleitores do concelho são os objectivos do site www.psoeiras.net

Segundo Marcos Sá, presidente da Concelhia do PS de Oeiras, através deste novo instrumento de comunicação pode-se “encontrar um partido empenhado e motivado, conhecer alguns dos seus protagonistas, ver quais são as propostas que apresentam e os fóruns onde actuam, com base numa relação



de responsabilidade e transparência como os munícipes”.

Neste sítio, de excelente aspecto gráfico e fácil consulta, ainda de acordo com Marcos Sá, é possível “acompanhar a actividade política dos nossos eleitos, através da Newsletter que dá conta das suas intervenções e iniciativas na vereação, assembleia municipal e assembleias de freguesia”.

De resto, adianta o líder do PS/Oeiras, “é ainda aqui que se pode encontrar toda a

documentação que vamos criando, podendo ainda entrar em contacto connosco por correio electrónico, ou participando activamente enviando-nos as suas opiniões ou ideias”.

E acrescenta que “as últimas notícias do PS/Oeiras e a nossa agenda terão um papel importante para que, nos continuemos a aproximar, nesta que é cada vez uma aldeia global. Afinal, todos unidos e informados, faremos um partido cada vez mais forte. Porque este é um projecto de futuro”.

OPINIÃO



HORÁCIO ANTUNES
Deputado do PS

o Dispositivo de Combate aos Incêndios Florestais está, hoje, muito melhor preparado para responder aos objectivos operacionais

MELHOR PREPARADOS PARA INCÊNDIOS DE VERÃO

ATÉ ao dia 15 de Setembro arderam em Portugal 14.218 hectares de floresta e mato, o que representa um número 26% inferior ao mesmo período de 2007, em que arderam 19.445 hectares.

Neste período, até 15 de Setembro, houve mais 900 ocorrências comparativamente a 2007, num total de 11.768, donde ressalta, sem quaisquer dúvidas, uma maior eficácia na actuação dos meios envolvidos, já que para um maior número de ocorrências arderam menos 5.227 hectares.

A fase Charlie, de 1 de Julho a 30 de Setembro, contou este ano com o maior dispositivo de sempre, mais bombeiros, mais canarinhos, mais sapadores florestais, mais viaturas e mais meios aéreos, muitas vezes pré-posicionados em locais adequados, no terreno, para uma primeira intervenção mais rápida e eficaz.

Os valores de área ardida que constatamos nos últimos três anos, apesar das condições atmosféricas a que muitos atribuem real importância, são, no entanto, a demonstração plena do empenho que o Governo e a Autoridade Nacional de Protecção Civil colocaram na actuação do dispositivo.

De facto pudemos constatar nas várias visitas que fomos realizando pelo país, nos períodos cruciais do combate, sempre em Agosto, que o Dispositivo de Combate aos Incêndios Florestais está, hoje, muito melhor preparado para responder aos objectivos operacionais definidos pela A.N.P.C.

Poderemos, pois, dizer que este é um momento importante para aferir todo o trabalho realizado e que ao mesmo tempo se intensifique a actividade de prevenção estrutural de forma a evitar no futuro as catástrofes de 2003 e 2005.

A aposta do Governo no reforço do dispositivo, na formação de competências, na segurança dos combatentes, na profissionalização do dispositivo é, sem dúvida, uma aposta ganha.

Há, ainda, sem dúvida, um caminho a percorrer e trabalho árduo a realizar, cujo planeamento e boa execução é fundamental para a eficácia das operações de combate, numa perspectiva de médio e longo prazo.

Este trabalho necessita do envolvimento de todos: Governo, organismos do Estado, organizações de produtores florestais, bombeiros, e o mais importante, os cidadãos.

Portugal sem fogos depende de todos!

Cem milhões de euros para a modernização do comércio

O Governo, através do secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), celebrou um protocolo, no âmbito da iniciativa Merca, no valor de 100 milhões de euros, tendo em vista a requalificação e a modernização do tecido empresarial das pequenas e médias empresas ligadas ao sector do comércio.

O PROTOCOLO, que tem como parceiros os Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e da Economia e da Inovação e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), vem reforçar a importância económica, territorial e social, que há muito o Governo já atribuía ao papel fundamental desempenhado pelas Pequenas e Médias Empresas (PME), designadamente as ligadas ao comércio e aos serviços.

Conjugando a importância referida com a emergência dos novos desafios com que se deparam as pequenas e médias unidades empresariais destes sectores, o Governo julgou necessário apoiar uma iniciativa integrada que fosse capaz de responder a favor deste segmento relevante da actividade

económica em Portugal.

Perante este quadro, dinamizou um programa que designou de "Iniciativa Merca", programa esse a concretizar no âmbito do QREN, no período de 2008-2013, em particular na perspectiva do seu contributo para a regeneração e desenvolvimento urbanos.

O protocolo agora celebrado visa, entre outras iniciativas, contemplar linhas de crédito, criar incentivos à qualificação de PME do comércio e serviços, a projectos integrados em estratégias de valorização económica, bem como a projectos individuais e colectivos de empresas ligadas aos sectores do comércio e dos serviços.

A iniciativa Merca desenvolve-se em articulação com o QREN, nomeadamente na adopção das medidas necessárias para a efectiva disponibilização dos apoios integrados e nas calendarizações previstas.



zação dos apoios integrados e nas calendarizações previstas.

A "Iniciativa Merca" responde, por outro lado, a uma exigência do Governo que entendeu lançar uma acção específica no âmbito do QREN dirigida às PME dos sectores do comércio e dos serviços, tendo em vista, designadamente, a abertura de linhas de crédito, a qualificação das PME destes sectores localizadas nas áreas de reabilitação urbana e na

aposta em projectos conjuntos e acções colectivas, como é o caso dos programas regionais de Lisboa e do Algarve.

Recorde-se que estas duas regiões estão fora do objectivo "convergência", o que justifica, diz o Governo, que os estímulos dos programas regionais destas duas regiões dirigidos às PME do comércio e dos serviços sejam canalizados através da presente "Iniciativa Merca". R.S.A.

Área florestal ardida é das mais reduzidas das últimas décadas

A ÁREA florestal ardida em Portugal, em 2008, foi a mais baixa desde o ano de 1974.

A informação foi dada pelos ministros da Agricultura, Jaime Silva e da Administração Interna, Rui Pereira, no final de um Conselho de Ministros que se realizou na Tapada de Mafra.

Com efeito, e ainda segundo dados fornecidos por estes dois membros do Governo, arderam este ano em Portugal cerca de 14 mil hectares, menos 30% do que os registados no ano transacto, o que nas contas do ministro Rui Pereira representou, para além de muitos hectares poupados ao fogo, uma economia de cerca de três mil milhões de euros, tendo sido emitidos, por outro lado e a nível ambiental, 750 mil toneladas de dióxido de carbono, algo que o ministro da Agricultura, Jaime Silva, classificou como a melhor emissão depois da democracia portuguesa ter



sido implantada em 1974".

Desmentindo que a substancial redução da área ardida em 2008 se tivesse ficado a dever a um clima favorável, pouco calor e sobretudo alguma chuva durante o Verão, os dois responsáveis governamentais não deixaram contudo de defender que este ano "deparámo-nos até com maiores riscos do que no ano anterior", mas mesmo assim,

defenderam, "a área ardida foi menor".

Para estes dois governantes o que explica o sucesso de tudo o que já se conseguiu alcançar não resulta tanto do clima, nem tão pouco foi "fruto do acaso", mas antes resultado de um "excelente trabalho que este Governo tem vindo a desenvolver ao longo destes três anos, em prol da defesa e da qualidade das nossas flo-

restas", facto que permite que hoje, disseram, "os bombeiros demorem em média apenas dois minutos a desencadear a resposta adequada a um fogo florestal e cerca de 11 minutos a chegar ao local de intervenção".

Para Rui Pereira apesar de se ter avançado muito na protecção da floresta, o trabalho ainda não acabou, devendo o Governo, na sua perspectiva, adoptar uma postura de humildade, "reconhecendo que em toda a problemática dos fogos florestais existem factores aleatórios" que importam não esquecer.

O Governo, foi igualmente anunciado, continuará a investir na fileira florestal nacional, facto que na opinião de Jaime Silva, significa que o Executivo "continuará a gastar dinheiro onde ele se reproduz", uma vez que, como recordou, "a floresta representa 12% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial. R.S.A.

OPINIÃO



JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO
Membro do CA da Res Pública

Inteira disponibilidade para colaborar com as estruturas do PS em acções que sintonizem com as necessidades e as expectativas dos actuais e futuros eleitos locais

RES PUBLICA – AUTARQUIAS LOCAIS FORÇAS DA MUDANÇA

A FUNDAÇÃO RES PUBLICA, resultante da fusão das anteriores Fundações José Fontana e Antero de Quental, integrou na sua estrutura o Centro de Estudos Antero de Quental. Centro de Estudos que constitui a memória, a fidelidade a valores e a garantia de continuidade de trabalho em prol da construção – sempre inacabada – da nossa Administração Pública, na vertente das autarquias locais.

Investidos que se encontram os órgãos estatutários nas respectivas funções, o Conselho de Administração prepara os projectos de plano de actividades e orçamento para 2009.

Inserindo-se a promoção do poder local nos fins da Fundação, a realizar – repito – através do Centro de Estudos Antero de Quental, manifestamos, neste sentido, inteira disponibilidade para colaborar com as estruturas do PS em acções que sintonizem com as necessidades e as expectativas dos actuais e futuros eleitos locais.

Gostaríamos de estabelecer parcerias que permitissem colaborar numa iniciativa à escala nacional, em acções de formação de âmbito regional – correspondentes aos territórios das NUT II – e em iniciativas, as mais diversas, em cada distrito.

A recente eleição dos presidentes federativos permite ver nestes responsáveis interlocutores qualificados e representativos, no propósito de apoiar os eleitos locais.

As autarquias locais, após as primeiras eleições ocorridas a 12 de Dezembro de 1977, constituíram um poderoso factor de transformação no sentido do bem-estar e qualidade de vida dos Portugueses.

Trinta anos decorridos, cabe-lhes corresponder ao ímpeto reformista do actual Governo, integrando a sua actividade numa lógica de complementaridade de diversas políticas governamentais, em favor dos concidadãos.

Exemplo dessa atitude de parceria são os contratos locais de segurança, no contexto de uma política de segurança de proximidade.

Como há exemplos que bastam nas políticas sociais.

Os eleitos locais mantêm como “dossiers pesados” o ordenamento do território e o ambiente, bem como a dúvida recorrente quanto aos melhores modelos de organização e gestão dos serviços públicos locais.

É a eficiência e a economia na afectação dos recursos que não colhem respostas definitivas.

Numa linha de aprofundamento da democracia local, as oportunidades legais de exercício da democracia representativa carecem de efectiva identificação.

O reforço da credibilização das autarquias locais também passará pela aplicação das novas tecnologias de informação, ao serviço



da transparência e da participação cívica.

Enfim, que novos horizontes para as autarquias locais no séc. XXI?

Estes temas são meros exemplos de preocupações que connosco têm partilhado eleitos locais e outros cidadãos que também acreditam nas virtualidades de uma Administração descentralizada.

Porém, são os actuais e futuros protagonistas do poder local democrático a ditar quais os apoios que esperam da Fundação RES PUBLICA – Centro de Estudos Antero de Quental.

Limitações ou esgotamento do poder local são ficções doentias que os eleitos locais e quem os apoia – em atitude inovadora e qualificada – têm de radicalmente desmentir.

As autarquias locais, em especial, num paradigma de esquerda democrática, constituem uma força da mudança, a par do Governo, na construção do Portugal que ambicionamos e merecemos.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

É impressionante a quantidade de referências elogiosas à iniciativa [ao computador Magalhães], quer em órgãos de comunicação internacionais quer em blogs dedicados à temática da tecnologia

TERÁ STEVE BALMER ENLOUQUECIDO?

NÃO é de agora! Os portugueses têm alguma dificuldade em reconhecer dentro de portas coisas boas que cá se passam, que cá se fazem! Basta ver um noticiário, em papel ou no monitor, para sentirmos, precisamente, esta dificuldade objectiva. Tudo (ou quase) é montado pela negativa, pelo lado destrutivo. Sim, porque tudo tem dois lados! É a velha história do “copo meio cheio ou meio vazio”.

O que gira em torno do computador português “Magalhães” é um excelente exemplo disso mesmo. É impressionante a quantidade de referências elogiosas à iniciativa, quer em órgãos de comunicação internacionais quer em blogs dedicados à temática da tecnologia. E apesar de ter sido absolutamente incrível a curiosidade que a iniciativa despertou por esse mundo fora, cá dentro, no nosso próprio país, há gente que preferiu desvalorizar, criticar, destruir e levantar confusão, alguns deles apoiados por alguma comunicação social especializada nesse tipo de abordagens. Mas com esses não quero perder nem mais uma linha.

No passado dia 3 de Outubro, estive cá Steve Balmer, CEO da gigante americana Microsoft que é “só” a empresa que mais conhece o mercado das tecnologias no mundo inteiro. E Steve Balmer não esteve cá para visitar o Mosteiro dos Jerónimos! Steve Balmer veio reforçar a parceria da Microsoft com o Estado português, através da assinatura de um protocolo que permitirá levar software da Microsoft ao “Magalhães”. Quem esteve na sessão ou assistiu à entrevista que Balmer concedeu ao Expresso da Meia-Noite, percebeu bem o entusiasmo com que se referia à iniciativa. E devia enche-nos de orgulho ouvir este empresário dizer explicitamente que:

- a iniciativa é “incrível, única, espantosa e fenomenal”;
- não conhece outro país no mundo onde “cada aluno dos 6 aos 10 anos vai ter um computador portátil”;
- “não há nenhum país que esteja a fazer isto que Portugal está a fazer”;
- “o crescimento com conhecimento e utilização das TIC é uma coisa boa para a sociedade”;
- “o Magalhães é interessante não só por ser de baixo custo mas porque é realmente fácil de manusear pelas crianças, é à prova de água e fácil de transportar”;
- foi feito um “excelente trabalho na máquina pela empresa local que os fabrica”;
- a “Intel promoveu um conceito de computadores de baixo custo para miúdos, o que é óptimo, mas alguém tem de fabricá-los de facto, distribuí-los e de pô-los a funcionar”;
- “o Classmate é um conceito, enquanto que o Magalhães é um computador a sério”.

Obviamente que Steve Balmer e a Microsoft têm interesses comerciais em associar-se a esta iniciativa e, de facto, se estivéssemos perante algo desinteressante, Steve Balmer e a Microsoft, provavelmente, não se associariam. Mas eu pergunto: isso será mau para Portugal e para a economia portuguesa? Isso será mau para os portugueses? O que é que o Governo deve fazer quando uma empresa como a Microsoft pretende associar-se a um projecto português que considera único no mundo? As respostas deviam ser evidentes mas, para muitos, não são. E por isso, quando os jornalistas do Expresso da Meia-Noite perguntavam se o “Magalhães” era propaganda, Steve Balmer respondeu como sendo a pessoa que mais considerava a iniciativa incrível, “mais do que qualquer outra pessoa deste país”. E isso é que é mau! Ou terá Steve Balmer enlouquecido?

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO COM EDMUNDO PEDRO

NO PRÓXIMO dia 8 de Novembro, sábado, o nosso camarada Edmundo Pedro atinge a bonita idade de 90 anos.

Um grupo de amigos tomou a iniciativa de promover um almoço de confraternização, para que todos possamos abraçá-lo e manifestar-lhe a nossa amizade, consideração e apreço pelo seu exemplo de cidadão, numa vida plena de luta pelos ideais da Liberdade, da Democracia, da Justiça, da Solidariedade.

Cidadão activo e coerente, que-



remos dizer-lhe que o estimamos e reivindicar a sua amizade e camaradagem por muitos anos.

O almoço com o preço de 28 euros (já inclui a prenda para o Edmundo) terá lugar no restaurante Espaço Tejo (antiga FIL, à Junqueira), em Lisboa, às 13h00.

Os camaradas que quiserem podem inscrever-se para o almoço através dos seguintes contactos:

Tel 213951221 – fax 213951222

E-mail – edmundo.pedro.90a@gmail.com

PS/Madeira exige explicações sobre esbanjamento de 600 milhões

COMO foi que o Governo Regional da Madeira “esbanjou 600 milhões” de euros nas Sociedades de Desenvolvimento? É esta a questão para a qual o deputado do PS no parlamento madeirense, Carlos Pereira, exige resposta.

Para tal, os socialistas madeirenses querem que o vice-presidente do Executivo, João Cunha e Silva, vá à Assembleia Legislativa Regional prestar as devidas explicações.

“Exigimos de imediato a vinda do senhor vice-presidente à Assembleia, a fim de responder perante o órgão de quem depende o Governo e a quem deve explicações sobre como é que foi possível esbanjar, estoirar mais de 600 milhões de euros sem nenhum ganho evidente para os madeirenses”, declarou o deputado em recente conferência de Imprensa.

Segundo Carlos Pereira, “esta soma astronómica é exactamente a mesma que o ex-primeiro-mi-



nistro, António Guterres, pagou à Madeira, em 1998, libertando-nos da ruína eminente”.

Depois, denunciou que o Executivo liderado por Alberto João Jardim mentiu aos madei-

renses ao ter justificado as Sociedades de Desenvolvimento como instrumentos para apro-

veitar os fundos comunitários, apoiar o investimento privado e criar empregos.

E clarificou que apenas 6% do investimento das Sociedades de Desenvolvimento “foi financiado pela União Europeia”.

Por outro lado, referiu, as Sociedades de Desenvolvimento “expulsaram o investimento privado e ameaçam concorrer com os privados aos fundos comunitários existentes”, pelo que os 600 milhões de euros investidos “apenas geraram uma centena de empregos”.

“Os investimentos de prioridade duvidosa, os investimentos de racionalidade discutível, os investimentos de dimensão desapropriada e desproporcionada foram efectuados à custa de empréstimos bancários”, apontou, alertando para o facto do custo das Sociedades de Desenvolvimento (capital e serviço da dívida até 2032) vir a representar mais de mil milhões de euros.

Socialistas debatem turismo sustentável em Sesimbra

HARMONIZAR crescimento económico, protecção da natureza e propostas atractivas de turismo de qualidade é um dos grandes desafios que se colocam quando pensamos em desenvolvimento sustentável em Portugal e na Europa. Esta foi a ideia sublinhada na Convenção do PS organizada pela Concelhia socialista de Sesimbra, realizada, no dia 18 de Outubro, nesta localidade.

Subordinada ao tema “Turismo sustentável – Sesimbra estratégica”, a iniciativa teve dois momentos distintos.

O primeiro, que decorreu durante a manhã, foi essencialmente o debate interno e a partilha de vivências políticas nos diferentes órgãos autárquicos que esteve no



centro das intervenções dos nossos camaradas.

Na sessão da tarde participaram o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, presidente da Federação do PS de Setúbal, Vítor Ramalho, e eurodeputado socialista Joel Hasse Ferreira.

Após explicar o entendimento do Governo sobre a articulação necessária entre economia, ambiente e turismo, Bernardo Trindade centrou a sua intervenção nos quatro novos grandes empreendimentos de Tróia, saudando a gestão do Executivo camarário de Grândola pela oportunidade da sua estratégia de captação de investimento públicos e privados que, segundo salientou, vão criar a médio prazo mais de oito mil postos de trabalho.

Já o camarada Vítor Ramalho focalizou-se na estratégia da Federação socialista face à realidade do distrito de Setúbal e à centralidade deste relativamente a projectos e investimentos estruturais, defendendo que, face aos desafios que se colocam num futuro imediato, é preciso mobilizar os militantes e fazer com que as pessoas compreendam que a única alternativa política válida a nível distrital é o PS.

Por sua vez, Joel Hasse Ferreira fez uma exposição sobre a perspectiva da União Europeia relativamente ao desenvolvimento sustentável, na qual salientou também a importância de uma aliança entre o crescimento económico, a protecção da natureza e a qualificação da oferta turística. **M.R.**

INSTRUMENTOS DO ESTADO PARA A GESTÃO DA ÁGUA EM DEBATE



A SECÇÃO de Ambiente e Qualidade de Vida vai promover no dia 29, pelas 21 horas, um debate subordinado ao tema “Os instrumentos do Estado para a gestão da água”, que terá lugar na sede nacional do PS, no Largo do Rato.

Esta iniciativa conta com a presença do secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, do presidente do Grupo Águas de Portugal, Pedro Serra, do presidente da INAG, Orlando Borges, e do deputado do PS Marcos Sá.

Eleições americanas em debate na Almirante Reis

A IDEIA de que os democratas terão, segundo as previsões, uma vitória confortável nas várias instâncias do poder de decisão dos EUA, o que permitir ao novo poder encabeçado por Barack Obama a possibilidade de levar por diante as suas políticas reformistas e de mudança, marcou as intervenções dos oradores no debate sobre as eleições presidenciais nos EUA, promovido no passado domingo pela Secção da Almirante Reis do PS.

Integrado num ciclo de encon-

tro temáticos promovidos pelo actual coordenador da Secção, Tiago Bastos, tendo como objectivos centrais a revitalização desta estrutura e a sua aproximação às populações, este debate contou com as presenças de Mário Crespo, jornalista da SIC, Martha de la Cal, correspondente da “Time Life” em Portugal, Gilbert Wells, “chair” dos democratas em Portugal, George C. Edwards, professor de Ciência Política no Texas AM University, e Miguel Coelho, presidente da Concelhia

de Lisboa do PS.

De destacar ainda que neste debate os vários oradores sublinharam o legado desastroso deixado pelo Presidente Bush e o modo como McCain está inegavelmente associado a esse desaire. “O povo americano não acredita nos seus governantes”, foi afirmado várias vezes. Neste quadro, os participantes realçaram que Obama colhe cada vez mais apoios e apoiantes por se mostrar mais capaz de apontar mudanças e alternativas.

PS cria movimento cívico em Almada

O PARTIDO Socialista de Almada prepara-se para lançar um movimento cívico denominado “Espaço Almada 2009” que visa criar, segundo os seus responsáveis, entre outras valências, “um espaço de diálogo e de discussão”, sobre os mais variados temas que importam ao concelho e à sua população.

Este movimento cívico, que segundo o presidente da Concelhia de Almada do PS, António Mendonça Mendes, constituirá o primeiro passo da campanha dos socialistas para as eleições autárquicas do próximo ano, assenta, como frisou, na realização de mais de cinquenta debates que terão lugar nas 11 freguesias do concelho, reuniões que se desenrolarão, ao longo de seis meses, proporcionando aos habitantes deste município a “oportunidade de participarem activamente na definição do futuro de Almada”, ajudando a transformar o seu tecido económico e social.

As sessões públicas, que terão lugar em todas as freguesias, desenvolver-se-ão em diversas colectividades do concelho e serão subordinadas a cinco temas principais: “Intervenção e Solidariedade Social”; “Mobilidade e Coesão Territorial”; “Competitividade Económica e Inovação”; “Promoção da Qualificação” e “Aproximação entre cidadãos e as empresas” matérias que para o PS ditam o desenvolvimento económico e social do concelho de Almada.

Um dos assuntos que o PS de Almada quer ver discutidos, não só nestes encontros com os militantes e a população, mas igualmente com responsáveis governamentais, respeita à requalificação da frente



ribeirinha, desde a Trafaria até ao Ginjal, e ainda uma definição clara da estratégia a adoptar em relação à gestão a ter nos terrenos da Margueira, que segundo António Mendonça Mendes, “deve passar por um correcto ordenamento do espaço”, nomeadamente, como defendeu, atraindo “projectos âncora de valor acrescentado que potenciem, ao mesmo tempo, a criação de emprego qualificado e sejam capazes de promover uma oferta de habitação e equipamentos sociais de qualidade e excelência”.

Também em relação ao futuro do pólo universitário e tecnológico, os socialistas de Almada defendem a criação de um campus “ao nível do melhor que se faz no mundo”, o que se conseguirá, defende ainda

António Mendonça Mendes, “através da ligação da universidade a um parque tecnológico que seja não só o prolongamento da investigação e da inovação que ali se desenvolve, mas também a porta para a aplicação da investigação e inovação ao serviço da economia”.

Em relação às políticas sociais, a Concelhia do Partido Socialista defende a criação de um plano que vise uma efectiva inclusão social de acordo com “uma segunda geração de políticas de realojamento, assente na responsabilização dos proprietários na preservação das habitações e dos espaços públicos envolventes, únicas políticas que serão capazes, na perspectiva do PS, de “retirar da exclusão social os cerca de 15 mil moradores que

neste momento habitam em bairros camarários, dispersando-os por todo o território do concelho”.

O lançamento do movimento “Espaço Almada 2009” teve lugar dia 26 de Outubro, numa participada sessão pública na Academia Almadense que contou com a presença do presidente do conselho de administração do Hospital de Santa Maria, Adalberto Campos Fernandes, que dirigiu os trabalhos, de Carlos Lourenço Fernandes, docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, e de Paulo Pedroso, deputado socialista da Assembleia da República, para além de muitos militantes e simpatizantes socialistas e de população em geral. R.S.A.

PS DE PENAMACOR SATISFEITO COM A LIGAÇÃO À A23

REUNIDOS em assembleia geral de militantes, os socialistas de Penamacor aprovaram um voto de satisfação pelo lançamento da obra de requalificação da estrada que liga esta localidade à ponte de Capinha e a construção da nova via desde a Capinha até à auto-estrada A23.

Recorde-se que estas iniciativas foram apresentadas e lançadas no passado dia 20 de Outubro pelo Governo e correspondem a um dos mais importantes anseios da população do concelho de Penamacor e de toda aquela região.

Orçadas em mais de 31 milhões de euros, estas obras são um importante contributo para que o concelho de Penamacor se aproxime da universidade e do Hospital da Cova da Beira, dois dos mais importantes equipamentos existentes na região, possibilitando, deste modo, maior qualidade de vida e mais desenvolvimento económico a toda aquela zona do país.

A Concelhia do PS de Penamacor regista ainda, com satisfação, o trabalho e empenho dos autarcas socialistas e “em especial do presidente da Câmara Municipal, Domingos Torrão”, mas também dos deputados do PS e dos governantes que “tiveram por trás da decisão de avançar com este conjunto importante de obras”. R.S.A



Governo questionado sobre actividades do autarca de Mação

OS DEPUTADOS socialistas eleitos por Santarém pediram ao Governo que averigue, o mais rápido que lhe for possível, a actividade empresarial do presidente da Câmara Municipal de Mação, Saldanha Rocha, eleito pelo PSD.

O requerimento, dirigido ao ministro da Cultura, Pinto Ribeiro, e ao secretário de Estado da Administração Interna, Eduardo Cabrita, subscrito por Vitalino Canas, Sónia Sanfona e pelos deputados Nuno Antão e António Gameiro, é justificado pelo facto se terem registado “nos últimos tempos” alguns sinais de uma crescente actividade comercial que os socialistas consideram poder ser especulativa, e que tem como principal protagonista o presidente da Câmara Municipal de Mação.

De acordo com estes deputados



do Partido Socialista, a acusação passa sobretudo pelo facto de poder haver um “eventual ilícito criminal” sustentado no conhecimento prévio por parte do autarca sobre informações consideradas

como privilegiadas, algo que, para além de contrariar o disposto na lei, assume um carácter de “comportamento ético reprovável”, do ponto de vista de uma “livre e equitativa iniciativa empresarial”.

Por outro lado, referem ainda os responsáveis do PS, “há rumores” de que os licenciamentos municipais para obras quer do próprio presidente da autarquia, quer dos seus familiares, “vêm conhecendo prazos de aprovação bem mais rápidos” do que os praticados para os restantes municípios.

Entre as muitas questões que os deputados socialistas eleitos por Santarém colocam ao Governo, destaca-se a dirigida à Inspecção Geral da Administração Local (IGAL) relativamente tem conhecimento de algumas das actividades empresariais do autarca, sublinhando a este propósito, que Saldanha Rocha nunca escondeu que se assume como sendo um “empresário/autarca”, querendo os elementos do Partido Socialista saber se esta situação configura ou não uma situação legal. R.S.A.

CLUBE A LINHA DEBATE “O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI”

O CLUBE de reflexão política A Linha organiza no próximo dia 30, pelas 21 horas, no Hotel Baía, em Cascais, um debate subordinado ao tema “O socialismo no século XXI – correntes em análise”, que contará com a presença de Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares e dirigente nacional do PS, e Carlos Leone, ensaísta e professor universitário, autor do livro “O socialismo nunca existiu?”.

Socialistas congratulam-se pela promulgação da Lei do Divórcio

O PARTIDO Socialista congratula-se por o Presidente da República ter promulgado a Lei do Divórcio.

A posição dos socialistas foi transmitida, no passado dia 21 de Outubro, pelo líder da bancada, Alberto Martins, para quem a nova lei “é justa, equitativa e dará melhores condições para a vida e para o casamento”.

“Ninguém se manterá casado contra a sua vontade. A culpa deixou de ser um fundamento para o divórcio”, venceu o líder parlamentar, que depôs foi interrogado sobre as objecções do Presidente da República que persistiram face à nova lei do divórcio.

Neste aspecto, sublinhou que o PS “não acompanha” os argumentos do Chefe de Estado, “nem na sua versão inicial, nem na versão final”.

“A aprovação por uma maioria



de dois terços é uma maioria muito sólida. Em termos de representação do povo português, é uma maioria muito dificilmente alcançável em termos de representatividade”, observou.

Recorde-se que o regime jurídico do divórcio foi vetado na sua primeira versão pelo Presidente da República.

Aprovado por todos os partidos de esquerda, o novo diploma introduz alterações de pormenor à redacção inicial, mantendo, na substância, a mesma filosofia.

Assim, Cavaco Silva viu-se agora obrigado a promulgar a lei, uma vez que os socialistas já tinham dito que em caso de novo veto a voltariam a aprovar sem alterações, o que deixaria constitucionalmente o Presidente da República sem outra solução que não fosse a promulgação do diploma. M.R.

DEPUTADOS DE VISEU QUEREM APOIO URGENTE A INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DO PINHEIRO

OS OPERADORES de transformação do pinheiro do distrito de Viseu precisam de ajuda imediata para cumprir com as exigências de tratamento e de certificação estabelecidas a nível comunitário na sequência da detecção, no nosso país, da doença causada pelo nemátodo.

O alerta foi lançado pelos deputados socialistas Miguel Ginestal e José Junqueiro, que recomendam, num requerimento apresentado recentemente ao Governo, a adopção de medidas urgentes para ajudar a travar a expansão da doença do pinheiro, como a criação de linhas de apoio ao transporte da madeira e à instalação das estufas de tratamento da mesma.

Refira-se que o nemátodo da madeira do pinheiro é um microrganismo de quarentena no espaço europeu que foi identificado, pela primeira vez em Portugal em 1999.

Até Maio do presente ano a zona afectada estava restrita ao distrito de Setúbal, mas neste momento, em consequência dos novos focos iden-

tificados na região centro, a doença do pinheiro constitui uma importante ameaça potencial às manchas de pinhal desta região do país e às pequenas indústrias de transformação a jusante.

Uma vez que a presença do nemátodo obriga o Estado-membro onde é detectada a tomar medidas específicas de controlo que impeçam a sua disseminação pelo restante espaço europeu, o Governo português publicou, em Maio passado, legislação que proíbe o transporte de madeira e vegetais susceptíveis para fora de Portugal continental, a menos que a madeira tenha sido sujeita a tratamento fitossanitário pelo calor e os vegetais devidamente inspeccionados.

Assim, Miguel Ginestal e José Junqueiro, deputados socialistas eleitos pelo círculo de Viseu, consideram crucial “encontrar respostas rápidas que permitam aos agentes económicos adaptar a sua actividade às novas obrigações a que o país está sujeito”. M.R.



Procedimentos “non paper” no Parlamento

O PRESIDENTE da Assembleia da República, Jaime Gama, acompanhado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, e pelo presidente do Grupo de Trabalho que elaborou o Guia de Boas Práticas, José Junqueiro, presidiu na semana passada ao lançamento público do programa de circulação e assinatura electrónicas dos requerimentos e perguntas dirigidos aos vários níveis da Administração e organismos autónomos proporcionando um escrutínio público mais rigoroso e qualificado.

Assim, a partir de agora, os deputados passarão a dispor de um instrumento que simplifica os procedimentos, “non paper” (eliminando cerca de 30 mil folhas de papel), que aumenta a sua capacidade fiscalizadora, obrigando-se a uma maior objectividade, à qual se subordinam também o Governo e demais entidades. A celeridade na resposta traduz-se por um prazo máximo de 30 dias, salvo excepções que venham a ser solicitadas e devidamente fundamentadas.

Também agora todos os cidadãos terão acesso a estes documentos e podem informar-se e fazer opinião própria sobre os assuntos do Estado. Governo, deputados, autarquias e todas as entidades envolvidas sabem agora que a qualidade da sua intervenção, a sua objectividade e seriedade serão melhor avaliadas, a qualquer momento, por quem o deseje fazer.

Transparência, celeridade, simplificação e economia de meios,



eficiência administrativa e política, qualificação ambiental, eis, em síntese, a importância e as vantagens do trabalho desenvolvido.

Depois da reforma do Regimento da Assembleia, que obriga os titulares dos diferentes órgãos de soberania a um exercício do contraditório mais frequente e célere, em que as oposições ganharam novos poderes e capacidades concretas para interpelar e fiscalizar a acção governativa, a elaboração do Guia de Boas Práticas surgiu como um instrumento comple-

mentar e decisivo.

Esta reforma é a materialização desse Guia de Boas Práticas elaborado por um Grupo de Trabalho, presidido por José Junqueiro, constituído por deputados de todos os grupos parlamentares.

E foi nessa qualidade que José Junqueiro, vice-presidente da bancada do PS, participou no lançamento e exemplificação públicas dos procedimentos que competem aos deputados utilizando o primeiro cartão de assinatura electrónica.

5 PERGUNTAS AO DEPUTADO
JORGE ALMEIDA

“Estado deve regular de forma muito firme para promover a alimentação saudável”

A hipertensão associada a doenças cerebrovasculares e a obesidade infantil são dois problemas de saúde pública no nosso país que podem ser combatidos de modo mais eficaz com medidas legislativas que promovam uma redução do teor de sal no pão e que incentivem a distribuição de frutas e legumes nas escolas. Estas ideias são sublinhadas pelo deputado socialista Jorge Almeida nesta breve entrevista ao “Acção Socialista” em que também defende que a opção do consumidor por uma alimentação saudável depende de ter acesso a informação mais clara, perceptível e rigorosa nos rótulos dos alimentos.



MARY RODRIGUES

ASSINALOU-SE a 16 de Outubro passado o Dia Mundial da Alimentação. Qual é o quadro desenhado pelos indicadores estatísticos sobre a qualidade da alimentação dos portugueses?

Em Portugal temos uma rica tradição gastronómica, assente na chamada dieta mediterrânica: legumes frescos, fruta, peixe, azeite e vinho.

O problema é que temos vindo a importar, cada vez mais, a influência dos anglo-saxónicos em matéria alimentar e, por conseguinte, uma cultura gastronómica que valoriza o fast-food, as gorduras saturadas, os fritos e os açúcares.

Ainda não temos dados estatísticos completos sobre o comportamento alimentar dos portugueses. Esta situação, porém, ficará resolvida em breve, com o grande inquérito alimentar que está em execução. Mas os inúmeros estudos sectoriais até agora realizados indicam-nos que temos três grandes problemas na nossa alimentação: o consumo excessivo de sal, a baixa ingestão de frutas e legumes e o excesso calórico com a concentração das refeições, em detrimento da dieta fraccionada.

Sobretudo no meio urbano, come-se cada vez pior, à medida que gastronomia tradicional portuguesa é abandonada.

Qual é, no seu entender, a es-

tratégia a adoptar para incentivar os portugueses a optarem por uma alimentação mais amiga da sua saúde?

A estratégia passa por um bom conhecimento do perfil alimentar e nutricional dos portugueses, por grandes acções de informação e educação para a saúde, por medidas legislativas que ajudem a promover melhores comportamentos alimentares e alguma regulação na comercialização dos alimentos.

Os mercados são livres, mas a defesa da saúde pública é prioritária. O Estado deve deixar à livre iniciativa de industriais e comerciantes a produção e comércio dos bens alimentares, mas deve regular de forma muito firme, promovendo a alimentação saudável, a segurança e a qualidade alimentar, uma informação comercial objectiva, séria, pedagógica, que ajude o cidadão na melhor opção de compra.

A bancada socialista apresentou recentemente medidas legislativas com vista à promoção de uma alimentação saudável. Quais são essas medidas e que objectivos específicos perseguem?

O nosso país tem das mais elevadas taxas de incidência e prevalência de doenças cerebrovasculares, uma situação gravíssima de saúde pública, assente em factores comportamentais corrigíveis. Todos os estudos apontam a hipertensão como o grande factor de risco daquelas doenças e o consumo excessivo de sal como

a principal causa da hipertensão. O português médio consome cerca de 12 gramas de sal por dia, isto é, mais do dobro do que é recomendado pela Organização Mundial de Saúde (5,8 gramas).

Queremos reduzir o teor de sal no pão. O pão português é, de longe, o mais salgado da Europa. Queremos também melhorar a rotulagem dos alimentos embalados, introduzindo um elemento gráfico de muito fácil leitura, chamativo, identificador dum alimento pouco ou muito salgado. A informação objectiva, fácil, rápida ao consumidor é determinante para uma escolha saudável.

Mas também pretendemos intervir noutro grande problema de saúde pública que é a obesidade infantil. O que se está a passar é muito grave, com consequências sociais e económicas futuras terríveis. 34% das nossas crianças têm excesso de peso, e cerca de 10%, são obesas. Aceitamos que os nossos miúdos comam pouca fruta e poucos legumes e se empanturrem com lixo alimentar adquirido nas próprias escolas.

Queremos aproveitar o programa europeu de distribuição gratuita de frutas e legumes nas escolas, reforçar as campanhas de educação para a saúde dirigidas a toda a comunidade escolar, e retirar definitivamente do espaço escolar, todos os alimentos hipercalóricos, hipersalinos e outros que as autoridades de saúde identificarem como

maléficos para a saúde.

O projecto de resolução do GP/PS de distribuição gratuita de frutas e legumes, para além do interesse na promoção de hábitos alimentares saudáveis e no combate à obesidade infantil, tem ainda outro significado: a valorização da fileira horto-frutícola, definida pelo nosso Governo como estratégica. Queremos que a fruta a distribuir seja nacional e proveniente da produção biológica ou produção integrada, o que garante que possa ser comida com a casca, uma vez que com aqueles modos de produção não há resíduos tóxicos.

Que problemas podem derivar de um consumo excessivo de sal ou de uma dieta pobre em frutas e legumes?

O sal endurece as artérias e com isso desenvolve a hipertensão, que não é mais do que uma pressão aumentada da parede das artérias sobre o sangue que nelas circula. Mas o sal ataca também directamente os chamados órgãos-alvo, como o rim e o coração, onde causa danos catastróficos que, por sua vez, vão também aumentar a hipertensão.

Em suma, o sal é um veneno consumido acima dos 5,8 g/dia. Se pensarmos que, actualmente, consumindo 100 g de pão português ao pequeno almoço, já estamos a ingerir 2 g de sal e que todos os alimentos, independentemente da sua confecção, têm o seu próprio sal natural, talvez possamos ficar

com uma ideia relativa da importância de promover a redução de sal no pão.

As frutas e legumes são alimentos muito ricos em fibras, vitaminas, sais minerais e antioxidantes, compostos extraordinários que protegem as células do envelhecimento e da oxidação, protegendo o corpo humano de muitas doenças.

A criança, ao ingerir pouca quantidade de frutas e legumes, vai ter carências nutricionais e, tendencialmente, substituir estes alimentos por bolos, doces, batatas fritas e outros alimentos hipercalóricos que lhe vão provocar obesidade, uma doença com graves repercussões no futuro, que diminui a esperança e a qualidade de vida.

Qual é a população que se encontra em maior risco e como protegê-la?

A população mais vulnerável é, sem dúvida, a infantil e juvenil, sobretudo a de recursos económicos mais débeis, dada a maior dificuldade na aquisição de frutas e legumes de qualidade, à qual muitas vezes se associa também um ambiente familiar menos informado.

A escola pode desempenhar aqui uma acção determinante com bares e máquinas a vender produtos saudáveis, boas ementas nas cantinas, promoção do consumo de frutas e legumes, informação e educação para a saúde de forma sistematizada, para alunos, pais e toda a comunidade escolar.

OPINIÃO



JORGE FÃO
Comissão de Obras Públicas
Transportes e Comunicações;
Subcomissão de Segurança
Rodoviária

Os diversos países, tal como Portugal em 2003, iniciaram a implementação os seus Planos Nacionais de Segurança Rodoviária centrados na meta comum de reduzir em 50% o número de mortos nas estradas até 2010

A SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA EUROPA HARMONIZAR CONCEITOS, PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS

DEPOIS de Estocolmo (2004) e Paris (2006), realizou-se agora em Lisboa, organizada pela Subcomissão Parlamentar de Segurança Rodoviária, a III Conferência Interparlamentar com o objectivo de continuar a analisar e debater causas e consequências da sinistralidade rodoviária na UE e particularmente reforçar a mobilização dos parlamentos dos diversos Estados-membros para a importância e necessidade da construção em conjunto de um caminho para harmonizar conceitos, princípios e estratégias de acção para melhor a segurança dos utilizadores da rede viária em todo o espaço europeu.

A efectiva tomada de consciência dos decisores políticos dos Estados-membros sobre o grave problema/drama que constituem as consequências dos acidentes rodoviários é ainda muito recente, até porque, a estatística comprova que, no princípio desta década (2001), registavam-se mais de 50 mil vítimas mortais nas estradas europeias e, mesmo assim, a maioria dos países não dispunha de qualquer Plano Nacional de combate a esta catástrofe.

A gravidade do problema despertou finalmente o sentido de responsabilidade do colectivo europeu para a questão e os actos da elaboração do Livro Branco dos Transportes em 2001, do Programa de Acção para a Segurança Rodoviária (2003) e o compromisso da Carta Europeia de Segurança Rodoviária (2005), tem provocado mudanças de atitude dos Parlamentos e dos Governos dos Estados-Membros na preocupação pela definição de políticas específicas de redução da sinistralidade nas estradas.

Os diversos países, tal como Portugal em 2003, iniciaram a implementação os seus Planos Nacionais de Segurança Rodoviária centrados na meta comum de reduzir em 50% o número de mortos nas estradas até 2010.

No nosso país esse plano (PNPR) encontra-se já em fase final de revisão e virá a dar origem a um novo documento orientador ENSR – Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008-2015 que estabelece novos objectivos e propõe acções, com vista a reduzir, durante aquele período, o número de mortos na estrada para 62 /milhão de habitantes/ano.

O Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho de Transportes tem vindo a aumentar as iniciativas legislativas comunitárias através da aprovação de directivas regulamentadoras de diversas áreas específicas do ambiente rodoviário e promovido a co-responsabilização dos Estados-membros na promoção de campanhas de sensibilização dos cidadãos europeus para a mudança de

atitude na rodovia, para além de incentivar a cooperação transnacional no controlo, fiscalização e sancionamento dos infractores (Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho – COM (2008) 151 Final).

Apesar do muito que tem sido feito e das comprovadas melhorias alcançadas em número de acidentes, mortos e feridos, a verdade é que, entre 2001 e 2007, no espaço europeu, o número de vítimas mortais só diminuiu em 20%, quando deveríamos ter chegado os 37% para ser possível atingir o objectivo comum em 2010. Em 2007 ainda morreram mais de 43.000 pessoas, balanço que se reveste de extrema gravidade para as economias e bem-estar social dos Estados-membros.

Assinale-se que Portugal, em igual período, baixou 42% o número de mortos, registando, em 2007, 854 óbitos e, felizmente no corrente ano, até 30 de Setembro, contabilizam-se menos 52 mortos e 432 feridos graves do que em igual período do ano passado.

Na Europa os números comprovam que é preciso continuar a falar a uma só voz e agir com objectivos comuns e idênticas estratégias, construindo uma política europeia para a segurança rodoviária, que permita a harmonização dos conceitos, dos regulamentos e códigos, da fiscalização e sancionamento dos infractores, naturalmente respeitando os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade consagrados no Tratado da União.

Esta III Conferência de Lisboa serviu para encorajar os Parlamentos dos vários países a enfrentar, ainda com mais determinação, a exigente batalha de continuar a reduzir a sinistralidade rodoviária e as suas nefastas consequências. Nesta área, a política comum deve estar centrada, entre outros aspectos;

- Na sensibilização e educação das crianças e dos jovens
- Na formação inicial e contínua e na certificação dos condutores;
- Na exigência do nível de equipamentos de segurança na construção dos novos veículos;
- Na qualidade dos projectos e nas técnicas de construção das novas estradas;
- Nos critérios e parâmetros das auditorias de segurança às infra-estruturas rodoviárias;
- No rigor da autorização de condução de veículos de duas rodas;
- Na condução sob o efeito de álcool e/ou psicotrópicos;
- No combate à velocidade excessiva;

O objectivo de 2010 para a sinistralidade rodoviária na Europa tem que continuar a ser nossa meta colectiva, o que constitui um bom desafio que deve elevar a nossa co-responsabilização e reforçar a união da Europa também no combate ao drama da morte nas estradas.

Unidades de pediatria ligadas à Internet



AS CERIMÓNIAS de lançamento da terceira fase do projecto “Um sorriso com as TIC/TIC Pediátrica” a instalar nas unidades de pediatria do Hospital Amato Lusitano, em Castelo Branco, e do Centro Hospitalar Cova da Beira, na Covilhã, foram presididas pelo secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Laurentino Dias.

Esta iniciativa “Um sorriso com as TIC” é um projecto da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI), desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, e apoiado pelo Ministério da Saúde, e conta

com a colaboração dos hospitais públicos, unidades de pediatria, como parceiros de divulgação e contacto com os beneficiários.

Este projecto (TIC Pediatria), destinado a crianças dos quatro aos 12/14 anos de idade e aos técnicos, voluntários hospitalares e familiares das crianças, pretende dotar as áreas de pediatria dos hospitais públicos de infra-estruturas tecnológicas que permitam às crianças internadas, momento de lazer e o acompanhamento pela família ou amigos, ajudando-as a otimizar o seu tempo.

O projecto consiste na implementação conjugada de conteúdos lúdico-for-

mativos e de infra-estruturas tecnológicas, como computadores multimédia com ligação à Internet em banda larga e equipados com câmaras digitais, que permitem conversar com vídeos e voz à distância e em tempo real, soluções encontradas para que as crianças hospitalizadas mantenham contacto com a família, com os amigos e com o meio escolar.

Aos técnicos hospitalares e aos familiares das crianças, é dada uma formação específica que os prepara para acompanhar correcta e eficazmente as crianças na utilização dos equipamentos informáticos e de comunicação. **R.S.A.**

Governo aposta forte na política de apoio aos jovens

O SECRETÁRIO de Estado da Juventude e do Desporto, Laurentino Dias, presidiu à assinatura de contratos-programa relativos ao Programa de Apoio Infra-Estrutural (PAI), em que também estiveram presentes a presidente do Instituto Português da Juventude, Helena Alves, o presidente do Conselho Nacional de Juventude, Tiago Soares, e o presidente da Federação Nacional das Associações Juvenis, Luís Alves.

Este programa visa apoiar a aquisição, construção ou reparação de infra-estruturas para sedes ou outras instalações de apoio às actividades do movimento associativo juvenil, tendo neste protocolo sido disponibilizada uma verba que rondará os 537 mil euros, “uma das mais altas de sempre aplicadas neste programa”, como referiu Laurentino Dias.

A atribuição desta verba decorre da implementação da



lei que define o regime jurídico do associativismo jovem, bem como os programas de apoio ao desenvolvimento da sua actividade, tendo sido atribuído até ao momento, exclusivamente nos diversos programas de apoio financeiro, uma verba global superior a 12 milhões de euros.

Recorde-se que em 2007, o IPJ, através dos programas de apoio financeiro, PAJ, Programa de Apoio Juvenil, PAE, Programa de Apoio Estudantil e PAI, Programa de Apoio Infraestrutural,

apoiou o associativismo jovem em 5.496.502,08 euros, sendo que o crescimento destes auxílios em 2008 foi superior a 20%, uma vez que a intervenção financeira prevista atinge mais de 6.518.464,80 euros.

Esta verba irá em 2008 apoiar mais de 651 projectos, 128 pontuais e 237 infra-estruturais, num total de 1016, envolvendo o universo do registo nacional do associativismo jovem que envolve cerca de um milhão de participantes. **R.S.A.**

Eleições internas confirmam estabilidade e consenso



As eleições federativas do Partido Socialista decorreram nos dias 24 e 25 de Outubro com uma forte participação dos militantes. O sufrágio traduziu-se em três novas lideranças e na manutenção da estabilidade em 16 das presidências das 19 estruturas.

NO PORTO, a maior federação do país em número de militantes, o deputado Renato Sampaio manteve a liderança, alcançando uma vitória expressiva com cerca de 81 % dos votos, face às listas encabeçadas pelos camaradas Pedro Baptista e Eduardo Saraiva que obtiveram, respectivamente, cerca de 12,5% e 4 % dos votos.

Também na zona norte do país, as presidências das federações de Braga, Bragança, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu são novamente confiadas aos camaradas Joaquim Barreto, Mota Andrade, Rui Santos, Rui Solheiro e José Junqueiro.

Em Aveiro, verificou-se que apenas foram a votos as listas encabeçadas por Afonso Candal e Adriano Martins, reunindo respectivamente cerca de 75 e 24% dos votos. João Pedrosa, que apresentou uma terceira candidatura, acabou por não concorrer, uma vez que a Comissão Nacional de Jurisdição do PS, em acórdão datado de 18 de Outubro e aprovado por unanimidade, deliberou pela sua não aceitação, pois foi entendido que este camarada realizou fora do prazo estatutário a sua transferência para a secção de residência de Aveiro. Tal facto impediu a sua candidatura.

Por seu turno, a liderança da

Federação da Guarda, até agora exercida pelo deputado Fernando Cabral, que não se recandidatou, foi conquistada pelo camarada José Albano Marques, cuja lista obteve 74,02% dos votos expressos face à adversária, de Eduardo Brito, que reuniu 23,64%.

Na estrutura federativa do PS de Coimbra venceu Victor Baptista, mantendo-se na liderança ao conquistar cerca de 59% dos votos, contra os cerca de 39% obtidos pela lista adversária de Mário Ruivo.

Os sufrágios de Leiria e de Castelo Branco tiveram como desfecho a reafirmação das lideranças de João Paulo Pedrosa e de Joaquim Morão, ao passo que, em Santarém, Paulo Fonseca assume a presidência da Federação até agora exercida pelo camarada António Rodrigues, conquistando 97,15% dos votos, num resultado que é provisório até à realização, no próximo fim-de-semana, de eleições nas secções de Benevente, Samora Correia, Golegã e Azinhaga.

Mais a Sul, a mudança acontece igualmente em Portalegre, onde Rui Simplicio assumirá a condução dos destinos do partido ao nível distrital, substituindo no cargo o camarada Ceia da Silva, que não se recandidatou.

Em Lisboa, Joaquim Raposo foi reeleito líder da FAUL, cargo que ocupa desde 2003, mas os resultados definitivos na capital só poderão ser conhecidos depois de 31 de Outubro, data em que os militantes das secções de Arruda dos Vinhos e Manique do Intendente irão às urnas.

No Alentejo, Évora foi outra das estruturas federativas a manter a sua presidência com a reeleição de Norberto Patinho.

Também na FRO a liderança mantém o mesmo rosto ao sair vitoriosa a lista única encabeçada por Rui Prudêncio.

Os camaradas Vítor Ramalho, Luís Pita Ameixa e Miguel Freitas permanecem à frente das estruturas do PS de Setúbal, Baixo Alentejo e Algarve, respectivamente.

Entretanto, refira-se que no mesmo período em que decorreram as eleições para a liderança das estruturas distritais do PS foram também sufragados os delegados aos congressos federativos, que terão lugar a 8 e 9 de Novembro.

Em simultâneo, o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas procedeu também à eleição das suas 19 presidentes federativas (ver caixa), bem como à escolha dos respectivos Conselhos Políticos Federativos. M.R.

NOTA: De referir que falta incorporar nos resultados de algumas federações as votações correspondentes às secções que ainda não eram conhecidas ou ainda não se realizaram os respectivos actos eleitorais.

ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DAS FEDERAÇÕES RESULTADOS ELEITORAIS (VER NOTA)

FEDERAÇÃO	CANDIDATO	RESULTADO (%)
Algarve	Miguel Freitas	95,25
Aveiro	Afonso Candal	74,61
	Adriano Martins	23,75
Baixo Alentejo	Pita Ameixa	96,15
Braga	Joaquim Barreto	90,86
Bragança	Mota Andrade	92,92
Castelo Branco	Joaquim Morão	97,59
Coimbra	Victor Baptista	59,21
	Mário Ruivo	39,67
Évora	Norberto Patinho	97,94
FAUL	Joaquim Raposo	95,36
FRO	Rui Prudêncio	96,35
Guarda	José Albano Marques	74,02
	Eduardo Brito	23,64
Leiria	João Paulo Pedrosa	89,45
Portalegre	Rui Simplicio	96,92
Porto	Renato Sampaio	81,27
	Pedro Baptista	12,67
	Eduardo Saraiva	4,12
Santarém	Paulo Fonseca	97,15
Setúbal	Vítor Ramalho	92,02
Viana do Castelo	Rui Solheiro	88,51
Vila Real	Rui Santos	95,21
Viseu	José Junqueiro	96,16

DEPARTAMENTOS FEDERATIVOS DE MULHERES

FEDERAÇÃO	PRESIDENTE ELEITA
Algarve	Aldemira Pinho
Aveiro	Rosa Albernaz
Baixo Alentejo	Romana Romão
Braga	Palmira Maciel
Bragança	Júlia Rodrigues
Castelo Branco	Hortense Martins
Coimbra	Lurdes Castanheira
Évora	Cristina Barrenho
FAUL	Jesuína Ribeiro
FRO	Maria João Botelho
Guarda	Olga Marques
Leiria	Ana Elisa
Portalegre	Piedade Murta
Porto	Lurdes Ruivo
Santarém	Anabela Freitas
Setúbal	Catarina Marcelino
Viana do Castelo	Conceição Soares
Vila Real	Brigite Gonçalves
Viseu	Fátima Ferreira

PS VAI APRECIAR RAZÕES DO VETO AO ESTATUTO DOS AÇORES

O NOVO veto do Presidente da República (PR) ao Estatuto Político Administrativo dos Açores, não suscita, na opinião do líder parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, e numa primeira leitura, “questões distintas das já apreciadas pelo Parlamento”, adiantando desde logo, que a decisão definitiva do PS será tomada em “momento posterior”.

Segundo Aberto Martins, o PS não vai deixar de “apreciar devidamente” as razões invocadas para este segundo veto presidencial. Numa primeira apreciação das motivações do PR, Alberto Martins considerou que as mesmas não são diferentes das “posições já assumidas anteriormente por Belém” as quais, lembrou, “já foram apresentadas e apreciadas na Assembleia da República”.

Também Carlos César, presidente do Governo Regional dos Açores, reagiu ao veto de Cavaco Silva afirmando que o Presidente da República demonstrou uma “dramatização excessiva” lembrando que a discórdia com Belém situa-se no ponto onde se estabelece a audição dos órgãos do Governo Regional, em caso de dissolução da Assembleia Regional Legislativa.

Para Carlos César, existe uma dramatização à volta deste tema que o líder regional considera mesmo “verdadeiramente desproporcional” acentuando que a norma proposta é “meramente procedimental” de um poder que o Presidente da República tem por via da Constituição e que “não é minimamente afectado”.

Em defesa do Estatuto, o líder do PS/Açores acrescentou que a autonomia sai reforçada neste processo, alegando que a questão da audição é “fundamental do ponto de vista de prestígio dos órgãos do governo próprio”, manifestando a sua expectativa de que o Partido Socialista “confirme o diploma e que o Estatuto da Autonomia entre em vigor”. R.S.A.

PS vence eleições regionais nos Açores com nova maioria absoluta

Pela quarta vez consecutiva, o PS/Açores, liderado por Carlos César, ganhou as eleições regionais do arquipélago, repetindo pela segunda vez a maioria absoluta.

Vitória tanto mais expressiva e significativa, porque pela primeira vez o PS foi o partido mais votado em todas as nove ilhas e porque se registou a maior diferença de sempre relativamente ao segundo maior partido. A distância salda-se agora em mais de 20 pontos percentuais para o PSD.



A DIFERENÇA de votos recolhidos pelo PS em relação aos restantes partidos políticos conferiu um sabor ainda mais sólido e confortável à vitória alcançada pelos socialistas, tornando indisfarçável que o PS é hoje de longe a força política com maior representação eleitoral na região autónoma dos Açores e aquela que mais confiança arrecada junto dos eleitores daquela região insular.

O primeiro-ministro, José Sócrates, que durante a campanha eleitoral se empenhou pessoalmente no apoio a Carlos César, tendo-se deslocado à região por duas vezes, saudou a vitória do PS nestas eleições nos Açores, lembrando que com este resultado “abre-se um ciclo eleitoral” que há-de terminar em 2009, com as eleições para o parlamento europeu, autárquicas e legislativas para a Assembleia da República.

Sócrates acentuou o facto de o PS começar com uma “grande e expressiva vitória” este ciclo eleitoral, frisando que este triunfo nas legislativas açorianas, representam, antes de mais, “a consagração de uma carreira política e de uma governação” por parte de Carlos César, “que muito orgulham todos os socialistas portugueses”.

Para o secretário-geral do PS, o ciclo de 12 anos de governação de Carlos César e do PS nos Açores “é a todos os títulos notável” sublinhando o facto de ter sido um período de “progresso, de bem estar, de desenvolvimento económico e de justiça social para a região”.

Só após o anúncio oficial dos resultados das legislativas regionais é que Carlos César, que acompanhou a noite eleitoral no teatro micaelense, tornou público o seu contentamento, reforçando a ideia de que se tratou de “uma grande vitória” com maioria absoluta de 20 pontos de vantagem sobre o PSD, vitória socialista que foi, como frisou, extensível e pela primeira vez, “a todas as nove ilhas do arquipélago”.

Uma vitória que não deixa dúvidas

Reconhecendo que a abstenção nestas eleições atingiram um grau um pouco superior ao registado em anteriores consultas eleitorais, facto que na opinião do líder socialista dos Açores aconteceu porque “havia há muito a presunção de vitória à volta da candidatura do Partido Socialista”, Carlos César defendeu, por outro lado, que estes valores não se justificam apenas pela desactualização dos cadernos eleitorais mas que em democracia quem conta

“são as pessoas que votam em dia de eleições”.

Para o líder do PS/Açores, este acto eleitoral trouxe algumas outras diferenças. Sendo que uma das mais relevantes, respeita ao facto de os socialistas, pela primeira vez, terem ganho em todas as ilhas, “mesmo em S. Jorge”, até aqui, recordou César, “um dos mais importantes baluartes do PSD”. Depois, adiantou ainda, porque foram eleitos outros partidos para o parlamento açoriano, algo que Carlos César considera importante porque vai permitir “que a democracia saia reforçada”. Defendendo a ideia de que a oposição nos Açores não é só do PSD, o tempo é de “comemorar com muita alegria, esperança e humildade esta vitória merecida”.

Com efeito, disse ainda Carlos César, a Assembleia Legislativa dos Açores, como resultado destas eleições, vai passar a contar com a presença de mais três forças partidárias, situação que para o chefe do Governo açoriano “vai representar um grau mais elevado na qualidade

do debate político democrático”.

Com 30 deputados eleitos e uma votação na casa dos 50%, os socialistas açorianos mantêm a maioria absoluta num parlamento que volta a contar com a presença dos comunistas, que elegeram um deputado, do bloco de esquerda, que se estreia, e que elegeram dois representantes, o CDS, com 8,7%, que passou de dois para cinco eleitos, sendo os restantes deputados do PSD que obteve uma

votação que pouco ultrapassou os 30% dos votos conseguindo eleger apenas 18 deputados. Recorde-se que há quatro anos a coligação do PSD/CDS conseguiu eleger 21 deputados.

César agradece a Sócrates

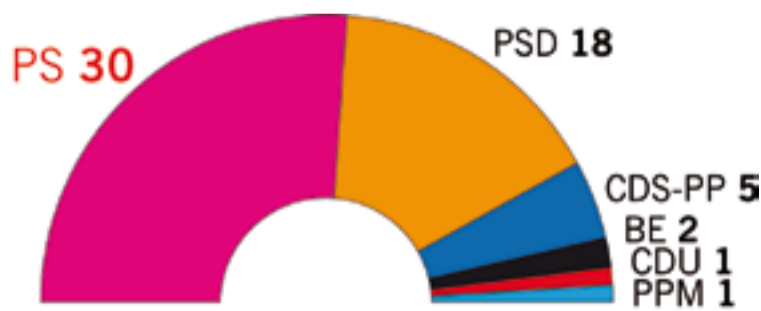
O líder socialista açoriano dedicou a vitória alcançada pelo PS também “ao secretário-geral, José Sócrates”, sublinhando o seu empenho e entusiasmo e recordando que Sócrates se deslocou aos Açores por mais de uma vez, tendo participado em comícios e encontros em diversas ilhas do arquipélago durante a campanha eleitoral.

César não deixou também de comentar, por outro lado, a demissão de Costa Neves, anunciada logo após se saber da estrondosa derrota eleitoral sofrida pelo PSD, tendo afirmado que “estas eleições não correram lá muito bem para eles”, recordando a este propósito, a derrota que o PSD sofreu sobretudo na ilha do Pico ou em Ponta Delgada, esta última cidade cuja câmara municipal é liderada por Berta Cabral, actual vice-presidente do PSD nos Açores.

Este facto, disse, torna ainda mais significativa a vitória que o PS alcançou na capital do arquipélago, triunfo que foi superior a 20 pontos percentuais em relação ao PSD.

Para Carlos César, com esta “enorme derrota” que o PSD sofreu em Ponta Delgada, muito abaixo da média que este partido conseguiu alcançar nos restantes ciclos eleitorais dos Açores. R.S.A.

LUGARES NO PARLAMENTO



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N.º 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>